



o Socialismo e a Religiao

Lênin e Rosa Luxemburgo



POR | Partido Operário Revolucionário

 **MASSAS**
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DOS TRABALHADORES

Índice

Apresentação	3
O Socialismo e a Religião - <i>V. I. Lênin</i>	7
Sobre a atitude do partido operário em relação à religião - <i>V. I. Lênin</i>	13
O Socialismo e as Igrejas - <i>Rosa Luxemburgo</i>	26
Apêndice - Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - <i>Karl Marx</i>	54

Apresentação

O folheto que oferecemos ao leitor, com textos de Lênin e Rosa Luxemburgo, intitulado “*O socialismo e a religião*”, tem especial vigência nos dias atuais. No Brasil, depois do golpe de Estado de 2016, que depôs Dilma Rousseff, o reacionarismo e o conservadorismo chegaram a alturas imprevistas. Seu pilar ideológico fundamental não tem sido outro, senão a religião. Arrastando, atrás de si, uma parte das classes médias, despertadas pela grande burguesia contra o governo nacional-reformista, e mesmo do proletariado mais pauperizado, as igrejas viram sua força política aumentar e se consolidar. Neste momento, os preconceitos religiosos estão, indiscutivelmente, em alta.

A ofensiva obscurantista dos autodenominados ‘evangélicos’ tem se voltado contra a arte, a cultura e o pensamento científico em geral. Uma particular campanha de injúrias e mentiras tem se voltado contra a liberdade de cátedra dos professores e o ambiente universitário, acusados de doutrinismo marxista, e propaganda da “ideologia de gênero”. Nada, ou quase nada, tem escapado ao ódio fundamentalista: questões da sexualidade humana, liberdades civis, avanços tecnológicos reprodutivos e, pasmem, até a secularmente comprovada esfericidade da terra. A onda reacionária e conservadora, que agora começa aos poucos a se arrefecer, não pode ser separada do enorme poder ideológico e financeiro que as igrejas têm conquistado.

A vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018, apareceu como

o coroamento de uma ampla e reacionária frente, dirigida, em última instância, pela grande burguesia e o capital financeiro, que migraram após o naufrágio eleitoral de suas candidaturas orgânicas. Integram-se a ela, desde o primeiro momento, liberais burgueses, conservadores, neopentecostais, carismáticos, fascistas, oficiais militares, e o clero católico tradicionalista. Assim, abriram-se as portas para que o reacionarismo ocupasse os postos-chaves do Estado, a fim de atacar toda a legislação e programas erguidos com um espírito mais ou menos laicista, por setores burgueses e o reformismo.

No passado, os cristãos, ora católicos, ora ortodoxos, foram os maiores adversários do movimento operário no campo do conservadorismo e da reação. Os atuais cristãos evangélicos começaram a deixá-los para trás. O fundamentalismo religioso deixou de ser uma excentricidade de alguns povos do Oriente, para também ganhar terreno nos países ocidentais, e isto desde o último quartel do século XX. Inúmeras seitas pululam nas cidades e bairros pobres, e envolvem o proletariado por todos os lados. Há muito que as camadas pobres das grandes cidades brasileiras deixaram seus pensamentos se turvarem pela aguardente bíblica. O desenvolvimento do pentecostalismo, com seus cultos repletos de curas milagrosas, rituais de expulsão de demônios, ‘discernimento de espíritos’ e ‘libertação’, nos anos 1960, encontrou um formidável complemento na teologia da prosperidade da década seguinte. Impérios igrejeiros foram erguidos, com a exploração da boa fé das multidões.

As igrejas nunca deixaram de se imiscuir nos rumos políticos do Estado. Constituíram partidos, fundaram associações, se apropriaram de canais de TVs, e formaram uma expressiva bancada parlamentar. O PT juntou-se ao coro dos demais partidos burgueses, na busca desses apoiadores semifanáticos e, não poucas vezes, abriu mão de seus programas de governo para assegurar o voto evangélico.

É sabido que a Igreja Católica desempenhou, durante todo o século passado, um enorme papel na cruzada anticomunista, em estreita colaboração com o imperialismo. O empenho pessoal do Papa João Paulo II, e a ação dos grupos católicos na Polônia e outros países, foi fundamental para a derrocada

dos estados operários no leste europeu. Os evangélicos do Brasil, com atraso de três décadas, proclamam agora estar na dianteira do combate ao comunismo mundial, intitulado como tal, tudo o que contrarie o livre domínio da grande burguesia e limite a sujeição às suas prêdicas.

Em meio à miséria material do mundo e à grave crise social, que se aprofunda na fase monopolista do capitalismo, cresce a miséria cultural do ser humano. O obscurantismo religioso, que ganha força com a decomposição da sociedade burguesa, não pode existir sem ela. Precisa se transformar, por isso, numa fortaleza, em defesa da grande propriedade privada dos meios de produção. O fundamentalismo cristão, expressão da barbárie social, e que hoje acumula poder e riqueza, tal como seus congêneres em outros povos e lugares, deve seu avanço, igualmente, à brutal crise de direção revolucionária. A organização do proletariado em classe para si, em força social ativa, sob a estratégia de revolução e ditadura proletárias, não deixará pedra sobre pedra de sua nefasta influência entre os mais humilhados e oprimidos. A luta pela emancipação política do proletariado, em relação à burguesia, não será possível sem uma profunda propaganda do socialismo científico em suas fileiras. É parte necessária desta propaganda, a defesa firme do materialismo filosófico e da dialética revolucionária.

O folheto consta de dois textos de Lênin, escritos em momentos diferentes, porém, próximos: em 1905 e 1908. O escrito de Rosa Luxemburgo, também datado de 1905, foi publicado pela primeira vez pela socialdemocracia da Polônia. No que diz respeito a este último, há um equívoco teórico do qual é preciso alertar o leitor. A autora de *A acumulação do capital* defende em seu texto que a religião é algo de foro íntimo, tanto em relação ao *Estado*, quanto em relação ao próprio *partido* revolucionário. Assim, ela o diz textualmente: “*Mas, nunca os socialdemocratas conduzem os trabalhadores a lutar contra o clero ou tentar interferir com as crenças religiosas; de modo nenhum! Os socialdemocratas, de todo o mundo e do nosso próprio país, consideram a consciência e as opiniões pessoais como sendo sagradas.*”

A opinião da autora contrasta com a de Lênin, para quem o partido precisa lutar para arrancar o proletariado, não apenas da influência burguesa geral, mas igualmente da religiosa. O que significa dizer que o partido do proletariado não reconhece a crença religiosa como algo particular à consciência de cada um, e na qual ninguém deve se imiscuir. Ao contrário, é dever dos revolucionários travar uma paciente, tenaz e metódica luta contra os preconceitos religiosos entre as massas. O equívoco de Rosa Luxemburgo neste ponto não retira o valor de seus textos, especialmente por discorrer sobre a história dos primeiros cristãos, a burocratização de seu movimento, o enriquecimento dos bispos e da alta hierarquia católica, assim como seus vínculos com os ricos capitalistas; temas que permanecem extremamente atuais para todos nós. Desejamos aos leitores, por fim, um ótimo proveito destes indispensáveis textos aqui reunidos em folheto.

Rafael Souza – 03 de Novembro de 2019

O Socialismo e a Religião¹

V. I. Lênin

A sociedade contemporânea se assenta inteiramente na exploração das amplas massas da classe operária por uma minoria insignificante da população, pertencente às classes dos proprietários agrários e dos capitalistas. Esta sociedade é escravista, pois, os operários “livres”, que trabalham a vida toda para o capital, só “têm direito” aos meios de subsistência que são necessários para manter os escravos que produzem o lucro, para assegurar e perpetuar a escravidão capitalista.

A exploração econômica dos operários causa e gera, inevitavelmente, todos os tipos de opressão política, de humilhação social, de embrutecimento e obscurecimento da vida espiritual e moral das massas. Os operários podem alcançar uma maior ou menor liberdade política, para lutarem pela sua libertação econômica, mas nenhuma liberdade os livrará da miséria, do desemprego e da opressão, enquanto não for derrubado o poder do capital. A religião é uma das formas de opressão espiritual, que pesa em toda a parte, sobre as massas populares, esmagadas pelo seu perpétuo trabalho para outros, pela miséria e pelo isolamento. A impotência das classes exploradas na luta contra os exploradores gera tão

1. Primeira Edição: Publicado no jornal Novaia Jizn nº 28, de 3 de dezembro de 1905. Obras Escolhidas em seis tomos, Edições “Avante!”, 1984, t1, pp 291-295.

inevitavelmente a fê numa vida melhor além-túmulo, como a impotência dos selvagens na luta contra a natureza gera a fê em deuses, diabos, milagres etc. Àquele que toda a vida trabalha e passa miséria, a religião ensina a humildade e a paciência na vida terrena, consolando-o com a esperança da recompensa celeste. E, àqueles que vivem do trabalho alheio, a religião ensina a beneficência na vida terrena, propondo-lhes uma justificação muito barata para toda a sua existência de exploradores, e vendendo-lhes, a preço módico, bilhetes para a felicidade celestial. A religião é o ópio do povo. A religião é uma espécie de má aguardente espiritual, na qual os escravos do capital afogam a sua imagem humana, as suas reivindicações de uma vida minimamente digna do homem.

Mas, o escravo que tem consciência da sua escravidão e se ergueu para a luta pela sua libertação já quase deixou de ser escravo. O operário consciente moderno, formado pela grande indústria fabril, educado pela vida urbana, afasta de si com desprezo os preconceitos religiosos, deixa o céu à disposição dos padres e dos beatos burgueses, conquistando para si uma vida melhor aqui, na terra. O proletariado moderno coloca-se ao lado do socialismo, que integra a ciência na luta contra o nevoeiro religioso, e liberta os operários da fê na vida de além-túmulo, por meio da sua união para uma verdadeira luta por uma melhor vida terrena.

A religião deve ser declarada um assunto privado — com estas palavras exprime-se habitualmente a atitude dos socialistas em relação à religião. Mas, é preciso definir com precisão o significado destas palavras, para que elas não possam causar nenhum mal-entendido. Exigimos que a religião seja um assunto privado em relação ao Estado, mas não podemos de modo nenhum considerar a religião um assunto privado em relação ao nosso próprio partido. O Estado não deve ter nada que ver com a religião, as sociedades religiosas não devem estar ligadas ao poder de Estado. Cada um deve ser absolutamente livre de professar qualquer religião que queira, ou de não aceitar nenhuma religião, isto é, de ser ateu, coisa que todo socialista geralmente é. São absolutamente inadmissíveis quaisquer diferenças entre os cidadãos quanto aos seus direitos de acordo com as crenças religiosas. Deve mesmo ser

abolida qualquer referência a uma ou outra religião dos cidadãos em documentos oficiais. Não deve haver quaisquer donativos a uma Igreja de Estado, quaisquer donativos de somas do Estado a sociedades eclesiásticas e religiosas, que devem tornar-se associações absolutamente livres e independentes, enquanto poder de cidadãos que pensam da mesma maneira. Só a satisfação até o fim destas reivindicações pode acabar com o passado vergonhoso e maldito, em que a Igreja se encontrava numa dependência servil em relação ao Estado, e em que os cidadãos russos se encontravam numa dependência servil em relação à Igreja de Estado, em que existiam e eram aplicadas leis medievais e inquisitoriais (que ainda hoje permanecem nos nossos códigos e regulamentos penais), que perseguiram pessoas pela sua crença ou descrença, que violentavam a consciência do homem, que ligavam lugarzinhos oficiais e rendimentos oficiais à distribuição de uma ou de outra droga pela Igreja de Estado. Completa separação da Igreja e do Estado — tal é a reivindicação que o proletariado socialista apresenta ao Estado atual e à igreja atual.

A revolução russa deve realizar esta reivindicação como parte integrante necessária da liberdade política. Neste aspecto, a revolução russa está colocada numa posição particularmente vantajosa, porque a abominável burocracia da autocracia policial-feudal causou o descontentamento, a agitação e a indignação mesmo entre o clero. Por mais embrutecido, por mais ignorante que fosse o clero ortodoxo russo, até ele foi agora acordado pelo estrondo da queda da velha ordem medieval na Rússia. Até ele adere à reivindicação de liberdade, protesta contra a burocracia e o arbítrio dos funcionários, contra a fiscalização policial imposta aos “servidores de Deus”. Nós, socialistas, devemos apoiar esse movimento, levando até o fim as reivindicações dos membros honestos e sinceros do clero, agarrando-lhes na palavra sobre a liberdade, exigindo deles que rompam decididamente todos os laços entre a religião e a polícia. Ou sois sinceros, e então deveis ser favoráveis à completa separação da Igreja e do Estado, e da escola e da Igreja, a que a religião seja completa e incondicionalmente declarada um assunto privado. Ou não aceitais estas reivindicações consequentes de liberdade, e então quer dizer que sois ainda

prisioneiros das tradições da Inquisição, então quer dizer que ainda vos agarrais aos lugarzinhos oficiais e aos rendimentos oficiais, então quer dizer que não acreditais na força espiritual da vossa arma, continuais a receber subornos do poder de Estado, então os operários conscientes de toda a Rússia declarar-vos-ão uma guerra implacável.

Em relação ao partido do proletariado socialista, a religião não é um assunto privado. O nosso partido é uma associação de combatentes conscientes, e de vanguarda pela libertação da classe operária. Essa associação não pode e não deve ter uma atitude indiferente em relação à inconsciência, à ignorância ou ao obscurantismo, sob a forma de crenças religiosas. Reivindicamos a completa separação da Igreja e do Estado para lutar contra o nevoeiro religioso com armas puramente ideológicas, e só ideológicas, com a nossa imprensa, com a nossa palavra. Mas, nós fundamos a nossa associação, o POSDR, entre outras coisas, precisamente para essa luta contra qualquer entontecimento religioso dos operários. E, para nós, a luta ideológica não é um assunto privado, mas um assunto de todo o partido, de todo o proletariado.

Se assim é, por que é que não declaramos no nosso programa que somos ateus? Por que é que não proibimos os cristãos e os que acreditam em Deus de entrar para o nosso partido?

A resposta a esta questão deve esclarecer a importantíssima diferença na maneira burguesa-democrática e social-democrata de colocar a questão da religião.

O nosso programa se assenta todo numa concepção do mundo científica, a saber, a concepção do mundo materialista. A explicação do nosso programa inclui, por isso, necessariamente, também a explicação das verdadeiras raízes históricas e econômicas do nevoeiro religioso. A nossa propaganda inclui também, necessariamente, a propaganda do ateísmo; a edição da correspondente literatura científica, que o poder de Estado autocrático-feudal rigorosamente proibia e perseguia, até agora, deve agora constituir um dos ramos do nosso trabalho partidário. Teremos agora, provavelmente, de seguir o conselho que Engels, uma vez, deu aos socialistas alemães: traduzir e difundir maciçamente a literatura iluminista e ate-

ista francesa do século XVIII².

Mas, ao fazê-lo, não devemos em caso nenhum cair num modo abstrato e idealista de colocar a questão religiosa “a partir da razão”, fora da luta de classes, como não poucas vezes é feito pelos democratas radicais pertencentes à burguesia. Seria um absurdo pensar que, numa sociedade baseada na opressão e embrutecimento infundáveis das massas operárias, se pode, puramente por meio da propaganda, dissipar os preconceitos religiosos. Seria estreiteza burguesa esquecer que o jugo da religião sobre a humanidade é apenas produto e reflexo do jugo econômico que existe dentro da sociedade. Não é com nenhum livro, nem com nenhuma propaganda, que se pode esclarecer o proletariado, se não o esclarecer a sua própria luta, contra as forças negras do capitalismo. A unidade desta luta realmente revolucionária da classe oprimida pela criação do paraíso na terra é mais importante para nós do que a unidade de opiniões dos proletários sobre o paraíso no céu.

É por isso que não declaramos, nem devemos declarar, o nosso ateísmo no nosso programa; é por isso que não proibimos nem devemos proibir aos proletários que conservaram estes ou aqueles vestígios dos velhos preconceitos que se aproximem do nosso partido. Sempre defenderemos a concepção do mundo científica, é-nos necessário lutar contra a inconsequência de quaisquer “cristãos”, mas isto não significa de modo nenhum que se deva avançar a questão religiosa para primeiro lugar, que de maneira nenhuma lhe pertence, que se deva admitir a dispersão das forças da luta realmente revolucionária, econômica e política, por causa de opiniões ou delírios de terceira ordem, que perdem rapidamente todo o significado político, e são rapidamente deitados para a arrecadação dos trastes velhos pelo próprio curso do desenvolvimento econômico.

A burguesia reacionária preocupou-se, em toda a parte, e começa agora também a preocupar-se no nosso país, em ativar a hostilidade religiosa, para desviar para esse lado a aten-

2 F. Engels, *Literatura dos Refugiados*, artigo II: Programa dos Refugiados Blanquistas da Comuna. Ver *Obras Escolhidas em três tomos de K. Marx / F. Engels*, Edições «Avante!» - Edições Progresso, Lisboa-Moscou 1983, t.2, pp. 441-418.

ção das massas das questões econômicas e políticas realmente importantes e fundamentais, que o proletariado de toda a Rússia, que se une na sua luta revolucionária, está agora a resolver na prática. Esta política reacionária de dispersão das forças proletárias, que hoje se exprime principalmente nos *pogroms* das centúrias negras, talvez, pense amanhã em quaisquer formas mais subtis. Nós, em qualquer caso, opor-nos-emos a ela com uma propaganda, tranquila, consequente e paciente, isenta de todo o avivamento de divergências de segunda ordem, da solidariedade proletária, e da concepção do mundo científica.

O proletariado revolucionário conseguirá que a religião se torne realmente um assunto privado para o Estado. E, neste regime político, depurado do bolor medieval, o proletariado travará uma luta ampla e aberta pela eliminação da escravidão econômica, verdadeira fonte do entontecimento religioso da humanidade.

Sobre a atitude do partido operário em relação à religião

V. I. Lênin

O discurso do deputado Surkov, na Duma de Estado, durante a discussão do orçamento do Sínodo, e os debates na nossa fração na Duma durante a discussão do projeto deste discurso, os quais publicamos adiante, levantaram uma questão extraordinariamente importante e atual, precisamente neste momento³. O interesse por tudo o que está ligado à religião abarcou indubitavelmente vastos círculos da “sociedade” e penetrou nas fileiras da intelectualidade próxima do movimento operário e também em certos círculos operários. A socialdemocracia tem a obrigação absoluta de apresentar uma exposição da sua atitude em relação à religião.

A socialdemocracia baseia toda a sua concepção do mundo no socialismo científico, isto é, no marxismo. A base filosófica do marxismo, como Marx e Engels repetidamente declararam, é o materialismo dialético, que assimilou inteiramente as tradições históricas do materialismo do século XVIII na França, e de Feuerbach (primeira metade do século XIX), na

3 Lênin tem em vista a intervenção de P. I. Surkov, deputado socialdemocrata à III Duma de Estado, durante a discussão do orçamento das despesas do Sínodo em 14 (27) de Abril de 1909.

Alemanha, um materialismo incondicionalmente ateu, decididamente hostil a qualquer religião. Recordemos que todo o *Anti-Dühring* de Engels, lido no manuscrito por Marx, acusa o materialista e ateu Dühring de inconseqüência do seu materialismo, de deixar brechas à religião e à filosofia religiosa. Recordemos que, na sua obra sobre Ludwig Feuerbach, Engels o censura por ele não lutar contra a religião para a aniquilar, mas para a renovar, para criar uma religião nova e “elevada”, etc. A religião é o ópio do povo — esta máxima de Marx é a pedra angular de toda a concepção do mundo do marxismo na questão da religião⁴. Todas as religiões e igrejas atuais, todas e quaisquer organizações religiosas, são sempre encaradas pelo marxismo como órgãos da reação burguesa que servem para defender a exploração e para entontecer a classe operária.

E ao mesmo tempo, contudo, Engels condenou repetidamente as tentativas, de pessoas que queriam ser “mais de esquerda” ou “mais revolucionárias” do que a socialdemocracia, de introduzir no programa do partido operário um reconhecimento explícito do ateísmo no sentido de uma declaração de guerra à religião. Em 1874, falando sobre o famoso manifesto dos fugitivos da Comuna, os blanquistas que viviam exilados em Londres, Engels trata como estupidez a sua estrepitosa proclamação de guerra à religião, afirmando que essa declaração de guerra é o melhor meio de fazer reviver o interesse pela religião, e de dificultar uma real extinção da religião. Engels culpa os blanquistas de não serem capazes de compreender que só a luta de classe das massas operárias, atraindo em todos os aspectos as mais amplas camadas do proletariado para uma *prática* social consciente e revolucionária, está de fato em condições de libertar as massas oprimidas do jugo da religião, enquanto a proclamação da guerra à religião como tarefa política do partido operário é uma frase anarquista⁵. E em 1877, no *Anti-Dühring*, atacando impiedosamente as

4 Ver K. Marx Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução.

5 F. Engels, Literatura dos Refugiados, artigo II: Programa dos Refugiados Blanquistas da Comuna. Ver Obras Escolhidas em três tomos de K. Marx / F. Engels, Edições “Avante!” - Edições Progresso, Lisboa-Moscou 1983, t.2, pp. 441-418.

mais pequenas concessões do filósofo Dühring ao idealismo e à religião, Engels condena, não menos decididamente, a ideia pretensamente revolucionária de Dühring de proibir a religião na sociedade socialista. Declarar semelhante guerra à religião significa, diz Engels, “ser mais bismarckista que Bismarck”, isto é, repetir a estupidez da luta de Bismarck contra os clericais (a famigerada “luta pela cultura”, *Kulturkampf*, isto é, a luta de Bismarck nos anos 1870 contra o partido alemão dos católicos, o partido do “centro”, por meio da perseguição policial do catolicismo). Com tal luta, Bismarck só *reforçou* o clericalismo militante dos católicos, só prejudicou a causa da verdadeira cultura, pois, empurrou, para primeiro plano, divisões religiosas em vez de divisões políticas, desviou a atenção de algumas camadas da classe operária e da democracia das tarefas urgentes da luta de classes e da luta revolucionária para o mais superficial e falso anticlericalismo burguês. Acusando Dühring, que queria ser ultrarrevolucionário, de querer repetir, sob outra forma, a mesma estupidez de Bismarck, Engels exigia do partido operário que soubesse trabalhar pacientemente para organizar e esclarecer o proletariado, o que conduziria à extinção da religião, e não lançar-se nas aventuras de uma guerra política contra a religião⁶. Este ponto de vista se enraizou profundamente na socialdemocracia alemã, que se pronunciou, por exemplo, pela liberdade para os jesuítas, pela sua admissão na Alemanha, pela liquidação de quaisquer medidas de luta policial contra tal ou tal religião. “Declarar a religião um assunto privado” — este célebre ponto do Programa de Erfurt (1891) consolidou a referida tática política da socialdemocracia.

Esta tática conseguiu transformar-se já numa rotina, conseguiu gerar uma nova deturpação do marxismo para o lado oposto, para o lado do oportunismo. Começou-se a interpretar a tese do Programa de Erfurt no sentido de que nós, sociais-democratas, o nosso partido *considera* a religião um assunto privado, que para nós, como sociais-democratas, para nós, como partido, a religião é um assunto privado. Sem entrar em polêmica direta com esta concepção oportunista,

6 Ver F. Engels, Anti-Dühring.

nos anos 1890, Engels considerou necessário manifestar-se decididamente contra ela, não de uma forma polêmica, mas positiva. A saber: Engels o fez sob a forma de uma declaração, propositadamente sublinhada por ele, de que a socialdemocracia considera a religião um assunto privado em relação ao Estado, mas não, de modo nenhum, em relação a si própria, não em relação ao marxismo, não em relação ao partido operário⁷.

Tal é a história externa das manifestações de Marx e Engels acerca da questão da religião. Para pessoas com uma atitude descuidada em relação ao marxismo, para pessoas que não sabem ou não querem pensar, esta história é um emaranhado de absurdas contradições e de vacilações do marxismo: que misturada, dizem elas, de ateísmo “consequente” e de “condescendências” para com a religião, que oscilação “sem princípios” entre a guerra r-r-revolucionária contra Deus e o desejo covarde de “se adaptar” aos operários crentes, o medo de os assustar etc., etc. Na literatura dos charlatães anarquistas, podem encontrar-se não poucos ataques deste tipo contra o marxismo.

Mas quem seja minimamente capaz de ter uma atitude séria em relação ao marxismo, de refletir nas suas bases filosóficas e na experiência da socialdemocracia internacional, verá facilmente que a tática do marxismo em relação à religião é profundamente consequente e foi profundamente meditada por Marx e Engels, que aquilo que os diletantes ou ignorantes consideram vacilações é uma conclusão direta e inevitável do materialismo dialético. Seria profundamente errado pensar que a aparente “moderação” do marxismo em relação à religião se explica por assim chamadas considerações “táticas” no sentido de querer “não assustar” etc. Pelo contrário, a linha política do marxismo está, também nesta questão, indissoluvelmente ligada às suas bases filosóficas.

O marxismo é materialismo. Como tal, ele é tão implacavelmente hostil à religião como o materialismo dos enciclope-

⁷ Lênin refere-se à “Introdução” de F. Engels à brochura de K. Marx A Guerra Civil em França. Ver Obras Escolhidas em três tomos de K. Marx / F. Engels Edições “Avante!” - Edições Progresso, Lisboa-Moscou, 1983, t.2 pp. 195-206.

distas⁸ do século XVIII ou o materialismo de Feuerbach. Mas, o materialismo dialético de Marx e Engels vai mais longe que os enciclopedistas e Feuerbach, aplicando a filosofia materialista ao domínio da história, ao domínio das ciências sociais. Devemos lutar contra a religião. Isto é o á-bê-cê de todo o materialismo e, por conseguinte, também do marxismo. Mas o marxismo não é um materialismo que se deteve no á-bê-cê. O marxismo vai mais longe. Ele diz: é preciso saber lutar contra a religião, e, para isso, é preciso explicar de modo materialista a fonte da fé e da religião entre as massas. Não se pode limitar a luta contra a religião a uma prêdica ideológica abstrata, não se pode reduzi-la a essa prêdica; é preciso pôr esta luta em ligação com a prática concreta do movimento de classe, dirigido para a eliminação das raízes sociais da religião. Por que é que a religião se mantém nas camadas atrasadas do proletariado urbano, em vastas camadas do semi-proletariado, e também na massa do campesinato? Por causa da ignorância do povo, responde o progressista burguês, o radical ou o materialista burguês. Consequentemente, abaixo a religião, viva o ateísmo, a difusão das concepções ateístas é a nossa principal tarefa. O marxista diz: não é verdade. Essa concepção é um superficial culturalismo limitado e burguês. Essa concepção explica de modo insuficientemente profundo, não de modo materialista, mas idealista, as raízes da religião. Nos países capitalistas contemporâneos, são raízes principalmente sociais. A opressão social das massas trabalhadoras, a sua aparente impotência completa perante as forças cegas do capitalismo, que causa, todos os dias, e a todas as horas, aos simples trabalhadores, sofrimentos mil vezes mais horríveis e martírios, mil vezes mais bárbaros do que quaisquer acontecimentos extraordinários como guerras,

8 Enciclopedistas: grupo de iluministas franceses do século XVIII, filósofos, naturalistas, publicistas, que se agruparam para publicar a *Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (*Enciclopédia* ou *Dicionário Explicativo das Ciências, das Artes e dos Ofícios*). Em 1751-1780 foram publicados 35 tomos. O organizador e dirigente do grupo era Denis Diderot. Os materialistas desempenharam um papel de primeiro plano entre os enciclopedistas. Os enciclopedistas eram ideólogos da burguesia revolucionária e desempenharam um papel decisivo na preparação ideológica da Grande Revolução Francesa.

terramotos, etc. — eis em que consiste a mais profunda raiz atual da religião. “O medo criou os deuses”. O medo da força cega do capital, que é cega porque não pode ser prevista pelas massas do povo, que a cada passo da vida do proletário e do pequeno proprietário ameaça infligir-lhe, e lhe inflige, uma “súbita”, “inesperada”, “acidental” ruína, a perdição, a sua transformação num pobre, num miserável, numa prostituta, a morte de fome — eis a raiz da religião atual, que o materialista deve ter em vista em primeiro lugar e acima de tudo, se não quiser permanecer um aprendiz de materialista. Nenhum livro educativo arrancará a religião de entre as massas oprimidas pelos trabalhos forçados do capitalismo, dependentes das cegas forças destruidoras do capitalismo, enquanto essas massas não aprenderem elas próprias a lutar unida, organizada, sistemática e conscientemente contra esta raiz da religião, contra o domínio do capital sob todas as formas.

Decorrerá daqui que o livro educativo contra a religião é prejudicial ou inútil? Não. O que daqui decorre não é nada disso. Daqui decorre que a propaganda ateísta da socialdemocracia deve ser subordinada à sua tarefa fundamental: desenvolver a luta de classe das massas exploradas contra os exploradores.

Uma pessoa que não tenha refletido nas bases do materialismo dialético, isto é, da filosofia de Marx e Engels, pode não compreender (ou, pelo menos, não compreender logo) esta tese. Como é isso? Subordinar a propaganda ideológica, a prêdica de certas ideias, a luta contra o inimigo da cultura e do progresso que persiste há milênios (isto é, contra a religião), à luta de classe, isto é, à luta por determinados objetivos práticos nos domínios econômico e político?

Semelhante objeção pertence ao número das objeções correntes ao marxismo que testemunham uma completa incompreensão da dialética de Marx. A contradição que perturba aqueles que objetam desta maneira é uma contradição viva da vida viva, isto é, uma contradição dialética, não uma contradição verbal, inventada. Separar por uma fronteira absoluta e inultrapassável a propaganda teórica do ateísmo, isto é, a destruição das crenças religiosas em certas camadas do pro-

letariado, e o êxito, a marcha, as condições da luta de classe destas camadas — significa raciocinar de modo não dialético, transformar numa fronteira absoluta aquilo que é uma fronteira móvel e relativa, significa desligar forçadamente aquilo que está indissolúvelmente ligado, na realidade viva. Tome-mos um exemplo. O proletariado de uma dada região e de um dado ramo da indústria divide-se, suponhamos, numa camada avançada de sociais-democratas bastante conscientes, que são evidentemente ateus, e em operários bastante atrasados, ligados ainda ao campo e ao campesinato, que acreditam em Deus, vão à igreja, ou se encontram mesmo sob a influência direta do sacerdote local, que fundou, admitamos, uma associação operária cristã. Suponhamos, além disso, que a luta econômica nessa localidade conduziu a uma greve. Para um marxista, é obrigatório colocar o êxito do movimento grevista em primeiro plano, é obrigatório contrariar decididamente a divisão dos operários nesta luta em ateus e cristãos, lutar decididamente contra essa divisão. A propaganda ateísta pode revelar-se nessas condições inútil e prejudicial, não do ponto de vista das considerações filísticas, acerca de não assustar as camadas atrasadas, acerca da perda do mandato nas eleições, etc., mas do ponto de vista do progresso real da luta de classes, que, nas condições da sociedade capitalista contemporânea, conduzirá cem vezes melhor os operários cristãos à socialdemocracia e ao ateísmo do que a mera prédica ateísta. O propagandista do ateísmo nesse momento e nessas condições apenas faria o jogo do padre e dos padres, que nada desejam tanto, como substituir a divisão dos operários, segundo a participação na greve, pela divisão, segundo a crença em Deus. Um anarquista, ao pregar a guerra contra Deus a qualquer preço, estaria de fato a ajudar os padres e a burguesia (como os anarquistas ajudam sempre de fato a burguesia). Um marxista deve ser materialista, isto é, inimigo da religião, mas um materialista dialético, isto é, que coloca a luta contra a religião não de modo abstrato, não no terreno da propaganda abstrata, puramente teórica, sempre igual a si própria, mas de modo concreto, no terreno da luta de classes, que tem lugar de fato e que educa as massas mais e melhor que tudo. Um marxista deve saber ter em conta toda a situa-

ção concreta, encontrar sempre a fronteira entre o anarquismo e o oportunismo (esta fronteira é relativa, móvel, mutável, mas existe), não cair no “revolucionarismo” abstrato, verbal, de fato vazio, do anarquista, nem no filistinismo e no oportunismo do pequeno burguês ou do intelectual liberal, que teme a luta contra a religião, esquece esta sua tarefa, se reconcilia com a crença em Deus, se guia não pelos interesses da luta de classes, mas por cálculos pequenos e mesquinhos: não ofender, não afastar, não assustar, pela sapientíssima regra: “vive e deixa viver os outros” etc., etc.

É do ponto de vista mencionado que se devem resolver todas as questões parciais que dizem respeito à atitude da socialdemocracia em relação à religião. Por exemplo, avança-se frequentemente a questão de saber se um sacerdote pode ser membro do partido social-democrata, e habitualmente responde-se positivamente e sem quaisquer reservas a esta questão, referindo-se à experiência dos partidos sociais-democratas europeus. Mas, esta experiência foi gerada, não só pela aplicação da doutrina do marxismo ao movimento operário, mas também pelas condições históricas particulares do Ocidente, ausentes na Rússia (falaremos adiante dessas condições), de modo que aqui uma resposta incondicionalmente positiva não é correta. Não se pode declarar de uma vez, para sempre e para todas as condições, que os sacerdotes não podem ser membros do partido socialdemocrata, mas não se pode de uma vez para sempre estabelecer a regra contrária. Se um sacerdote se dirige a nós para um trabalho político conjunto, e realiza conscienciosamente o trabalho partidário, não se manifestando contra o programa do partido, podemos aceitá-lo nas fileiras da socialdemocracia, porque a contradição do espírito e das bases do nosso programa com as convicções religiosas do sacerdote poderia permanecer, nessas condições, uma contradição pessoal, que só a ele diga respeito, e uma organização política não pode submeter os seus membros a provas acerca da ausência de contradição entre as suas concepções e o programa do partido. Mas, evidentemente, semelhante caso poderia ser uma rara exceção, mesmo na Europa, e na Rússia ele é pouquíssimo provável. E se, por exemplo, um sacerdote entrasse no partido socialdemocrata e

se pusesse a fazer, neste partido, como seu trabalho principal e quase único, uma ativa prédica das concepções religiosas, o partido deveria absolutamente expulsá-lo do seu seio. Nós devemos, não só admitir, como atrair sem falta para o partido socialdemocrata, todos os operários que conservam a fê em Deus, somos absolutamente contra a menor afronta às suas convicções religiosas, mas atraímo-los para se educarem no espírito do nosso programa, e não para lutarem ativamente contra ele. Nós admitimos dentro do partido a liberdade de opinião, mas em certos limites, determinados pela liberdade de agrupamento: não somos obrigados a andar de mãos dadas com pregadores ativos de concepções repudiadas pela maioria do partido.

Outro exemplo: pode-se, em todas as condições, condenar igualmente os membros do partido socialdemocrata por declararem “o socialismo é a minha religião” e por defenderem concepções correspondentes a esta declaração? Não. O desvio do marxismo (e, conseqüentemente, também do socialismo) é aqui indubitável, mas o significado deste desvio, o seu peso específico, por assim dizer, podem ser diferentes, em situações diferentes. Uma coisa é um agitador ou uma pessoa que intervêm perante a massa operária falar assim para ser mais compreensível, para começar a exposição, para ilustrar de modo mais real as suas concepções em termos mais habituais para a massa não desenvolvida. Outra coisa é um escritor começar a pregar a “construção de Deus”⁹ ou um socialismo construtor de Deus (no espírito, por exemplo, dos nossos Lunatcharski e Cia). Tanto quanto no primeiro caso a condenação poderia ser desprovida de motivo e até uma deslocada restrição da liberdade do agitador, da liberdade de influência

9 “Construção de Deus”. Corrente religioso-filosófica hostil ao marxismo, surgida no período da reação de 1907-1910 no seio de uma parte dos intelectuais do partido. Os “construtores de Deus” (A.V. Lunatcharski, V.A. Bazárov e outros) pregavam a criação de uma nova religião, “socialista”, tentando conciliar o marxismo e a religião. A reunião da redação alargada do jornal *Proletari* (Junho de 1909) condenou a “construção de Deus” e declarou numa resolução especial que a fração bolchevique nada tinha de comum “com semelhante deturpação do socialismo científico”. A essência reacionária da “construção de Deus” foi posta a nu por Lênin na sua obra *Materialismo e Empiriocriticismo*. Ver V. I. Lênin, *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições “Avante!” - Edições Progresso, Lisboa-Moscú, 1982.

“pedagógica”, assim, no segundo caso, a condenação do partido é necessária e obrigatória. A proposição “o socialismo é uma religião” é, para uns, uma forma de passar da religião para o socialismo; para outros, do socialismo para a religião.

Passemos agora às condições que geraram no Ocidente a interpretação oportunista da tese: “declarar a religião um assunto privado”. Naturalmente, há aqui influência de causas gerais que engendram o oportunismo em geral, como o sacrifício a vantagens momentâneas dos interesses fundamentais do movimento operário. O partido do proletariado exige do Estado que declare a religião um assunto privado, não considerando de modo nenhum “assunto privado” a questão da luta contra o ópio do povo, da luta contra as superstições religiosas, etc. Os oportunistas deturpam o assunto, como se o partido socialdemocrata considerasse a religião um assunto privado!

Mas, além da deturpação oportunista habitual (que de modo nenhum foi esclarecida no debate realizado pela nossa fração na Duma, ao discutir-se a intervenção sobre a religião), existem condições históricas particulares, que provocaram a atual indiferença excessiva, se assim nos podemos exprimir, das sociais-democracias europeias, em relação à questão da religião. São condições de dois tipos. Em primeiro lugar, a tarefa da luta contra a religião é uma tarefa histórica da burguesia revolucionária, e, no Ocidente, esta tarefa foi realizada (ou começada a realizar) pela democracia burguesa, na época das suas revoluções ou dos seus ataques contra o feudalismo e o medievalismo. Tanto na França como na Alemanha, há uma tradição de guerra burguesa contra a religião, começa muito antes do socialismo (os enciclopedistas, Feuerbach). Na Rússia, de acordo com as condições da nossa revolução democrática burguesa, também esta tarefa recai quase inteiramente sobre os ombros do proletariado. A democracia pequeno-burguesa (populista) fez, neste aspecto, no nosso país, não demasiado muito (como pensam os novos democratas-constitucionalistas cem-negristas ou membros das centúrias negras democratas-constitucionalistas da *Vékhi*¹⁰), mas de-

10 *Vékhi* (Marcos): coletânea de artigos de destacados publicistas democratas-constitucionalistas, representantes da burguesia liberal contrarrevolucionária, publicada em Moscou na Primavera de 1909. Nos seus artigos os

masiado pouco, em comparação com a Europa.

Por outro lado, a tradição de guerra burguesa contra a religião veio a criar na Europa uma deturpação especificamente burguesa desta guerra pelo anarquismo, o qual se encontra, como já há muito e repetidamente esclareceram os marxistas, no terreno da concepção do mundo burguesa, apesar de toda a “fúria” dos seus ataques contra a burguesia. Os anarquistas e os blanquistas, nos países latinos, Most (que foi, a propósito, discípulo de Dühring) e cia., na Alemanha, os anarquistas nos anos 1880, na Áustria, levaram até ao *nec plus ultra*¹¹ a frase revolucionária na guerra contra a religião. Não é de espantar que, agora, os sociais-democratas europeus caiam no extremo oposto aos anarquistas. Isto é compreensível e, em certa medida, natural, mas, para nós, sociais-democratas russos, não é bom esquecer as condições históricas particulares do Ocidente.

Em segundo lugar, no Ocidente, depois da conclusão das revoluções nacionais burguesas, depois da introdução de uma liberdade de consciência mais ou menos completa, a questão da luta democrática contra a religião fora já historicamente tão relegada para segundo plano pela luta da democracia burguesa contra o socialismo, que os governos burgueses tentaram conscientemente desviar a atenção das massas do socialismo através da organização de uma “campanha” pretensamente liberal contra o clericalismo. Tal foi o caráter, tanto da *Kulturkampf* na Alemanha, como da luta dos republicanos burgueses da França, contra o clericalismo. O anticlericalismo burguês, como meio de desviar a atenção das massas operárias do socialismo, foi isso o que no Ocidente precedeu a difusão entre os sociais-democratas da sua atual “indiferença” em relação à luta contra a religião. E, mais uma vez, isto é compreensível e natural, porque os sociais-democratas tiveram de contrapor, ao anticlericalismo burguês e bismarckiano, precisamente a subordinação da luta contra a religião à luta pelo socialismo.

Na Rússia, as condições são completamente diferentes. O

“vekhistas” tentavam denegrir as tradições democráticas revolucionárias do movimento libertador na Rússia.

11 Até ao grau extremo. (N. Ed.)

proletariado é o guia da nossa revolução democrática burguesa. O seu partido deve ser o guia ideológico na luta contra todo o medievalismo, incluindo, tanto contra a velha religião oficial, como contra todas as tentativas de a renovar ou de lhe dar uma fundamentação, nova ou diferente, etc. Por isso, se Engels corrigiu de modo relativamente suave os sociais-democratas oportunistas alemães, que substituíam a reivindicação do partido operário de que o Estado declarasse a religião um assunto privado, pela declaração da religião como assunto privado para os próprios sociais-democratas e para o partido socialdemocrata, é evidente que a imitação pelos oportunistas russos desta deturpação alemã mereceria uma condenação cem vezes mais viva de Engels.

Declarando, da tribuna da Duma, que a religião é o ópio do povo, a nossa fração atuou de modo perfeitamente correto, e criou dessa maneira um precedente que deve servir de base a todas as intervenções dos sociais-democratas russos sobre a questão da religião. Devia-se ter ido mais longe, desenvolvendo ainda mais pormenorizadamente as conclusões ateístas? Pensamos que não. Isso poderia ter comportado a ameaça de exagero da luta contra a religião por parte do partido político do proletariado; isso poderia ter conduzido ao apagamento da linha divisória entre a luta burguesa e socialista contra a religião. A primeira coisa que a fração social-democrata devia fazer na Duma cem-negrista foi feita com honra.

A segunda coisa — e talvez a mais importante para os sociais-democratas —, o esclarecimento do papel de classe da igreja e do clero, no apoio ao governo cem-negrista e à burguesia, na sua luta contra a classe operária, foi igualmente feita com honra. Naturalmente, sobre este tema, pode-se ainda dizer muitíssimo, e as intervenções posteriores dos sociais-democratas saberão completar o discurso do camarada Surkov, mas, no entanto, o seu discurso foi excelente, e a sua difusão por todas as organizações partidárias é um dever direto do nosso partido.

Terceira coisa — devia-se explicar, do modo mais circunstanciado, o sentido correto da proposição, tão frequentemente deturpada pelos oportunistas alemães: “declarar a religião um assunto privado”. O camarada Surkov, infelizmente não o

fez. Isto é tanto mais de lamentar, quanto na atividade anterior da fração foi já admitido, nesta questão, o erro do camarada Beloússov¹², oportunamente apontado pelo *Proletári*. Os debates na fração mostram que a discussão sobre o ateísmo lhe fez esquecer a questão da forma correta de colocar a célebre reivindicação de que a religião seja declarada assunto privado. Não culparemos deste erro, de toda a fração, apenas o camarada Surkov. Mais ainda. Reconhecemos francamente que aqui há culpa de todo o partido, que não esclareceu suficientemente esta questão, que não preparou suficientemente a consciência dos sociais-democratas para o significado da observação de Engels, dirigida aos oportunistas alemães. Os debates na fração demonstram que se tratou precisamente de uma compreensão pouco clara da questão, e de modo nenhum de falta de desejo de ter em conta a doutrina de Marx, e estamos certos de que este erro será corrigido nas intervenções posteriores da fração.

No geral, repetimos, o discurso do camarada Surkov é excelente, e deve ser difundido por todas as organizações do partido. A fração demonstrou com o exame deste discurso o cumprimento plenamente consciencioso do seu dever social-democrata. Resta desejar que as correspondências sobre os debates dentro da fração sejam publicadas mais frequentemente na imprensa do partido, para aproximar a fração do partido, para dar a conhecer ao partido o árduo trabalho interno realizado pela fração, para estabelecer a unidade ideológica na atividade do partido e da fração.

12 O erro do deputado T. O. Beloússov consistiu em que, na discussão do orçamento do Sínodo na sessão da III Duma de Estado em 22 de Março (4 de Abril) de 1908, na fórmula por ele proposta de passagem aos assuntos da ordem do dia se reconhecia a religião como “assunto privado de cada pessoa individual”. O erro da formulação de Beloússov foi assinalado no editorial do jornal *Proletari* n.º 28, de 2 (15) de Abril de 1908.

O Socialismo e as Igrejas¹³

Rosa Luxemburgo

I

Desde o momento em que os trabalhadores do nosso país e da Rússia começaram a lutar corajosamente contra o governo czarista e contra os exploradores capitalistas, notamos, cada vez com mais frequência, que os padres, nos seus sermões, se lançam contra os trabalhadores que lutam. É com extraordinário vigor que o clero combate os socialistas e tenta, por todos os meios, minimizá-los aos olhos dos trabalhadores. Os crentes que vão à igreja, nos domingos e dias festivos, são compelidos, cada vez com mais frequência, a ouvirem um violento discurso político, uma verdadeira denúncia do socialismo, em vez de ouvirem um sermão, e nele obterem uma consolação religiosa. Em vez de confortarem as pessoas que estão cheias de preocupações, e cansadas pela vida difícil, e que vão à igreja com fê no Cristianismo, os padres fulminam os trabalhadores que estão em greve e os opositores do gover-

13 1ª Edição: folheto publicado pelo Partido Social Democrata Polaco, em 1905. Uma edição russa apareceu em 1920. A edição francesa foi publicada pelo Partido Socialista Francês em 1937. A primeira edição inglesa foi publicada pela *Socialist Review*, de Birmingham. Fonte da Presente Tradução: *Socialism and the churches*, Luxemburg Internet Archive (marxists.org), 2003.

no; e ainda mais, exortam-nos a suportar a pobreza e a opressão, com humildade e paciência. Transformaram a igreja e o púlpito num lugar de propaganda política.

Os trabalhadores podem convencer-se facilmente de que a luta do clero contra os sociais-democratas não é de modo algum provocada por estes. Os socialdemocratas propõem-se, como objetivo, unirem e organizarem os trabalhadores na luta contra o capital, isto é, contra os exploradores, que lhes sugam a última gota de sangue, e na luta contra o governo czarista, que impede a libertação do povo. Mas, nunca os socialdemocratas conduzem os trabalhadores a lutar contra o clero, ou tentar interferir com as crenças religiosas; de modo nenhum! Os socialdemocratas, de todo o mundo e do nosso próprio país, consideram a consciência e as opiniões pessoais como sendo sagradas.

Todo homem pode ter aquela fé e aquelas opiniões que lhe pareçam capazes de assegurar a felicidade. Ninguém tem o direito de perseguir ou atacar a opinião religiosa particular dos outros. Isto é o que os socialistas pensam. E é por esta razão, entre outras, que os socialistas animam todo o povo a lutar contra o regime czarista, que está continuamente a violentar a consciência das pessoas, perseguindo católicos, católicos russos¹⁴, judeus, heréticos e livres pensadores. São precisamente os socialdemocratas que aparecem mais fortemente em defesa da liberdade de consciência. Portanto, pareceria que o clero tinha a obrigação de dar a sua ajuda aos socialdemocratas, que estão tentando aliviar o povo oprimido. Se entendermos devidamente os ensinamentos que os socialistas trazem à classe trabalhadora, o ódio do clero contra eles torna-se ainda menos compreensível.

Os socialdemocratas propõem-se a pôr fim à exploração do povo pelos ricos. Pensar-se-ia que os servidores da Igreja deveriam ter sido os primeiros a desempenhar esta tarefa, mais do que os socialdemocratas. Não é Jesus Cristo (de quem os padres são servidores) quem ensina que “é mais fácil um camelo passar pelo furo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”?¹⁵ Os socialdemocratas tentam trazer, a

¹⁴ Cristãos ortodoxos que não reconhecem a autoridade do Papa.

¹⁵ S. Marcos, X, 25; S. Lucas, XVIII, 25; S. Mateus, XIX, 24.

todos os países, regimes sociais baseados na igualdade, liberdade e fraternidade de todos os cidadãos. Se o clero realmente deseja que o princípio “Ama o teu próximo como a ti mesmo” seja aplicado na vida real, por que é que não recebe bem e com entusiasmo a propaganda dos socialdemocratas? Os socialdemocratas tentam, através de uma luta desesperada e da educação e organização do povo, subtrair-lo à opressão em que se encontra, e oferecer-lhe um melhor futuro para os filhos. Todos devem admitir que, neste ponto, o clero deveria abençoar os socialdemocratas, pois, não é ao clero que eles servem, e sim a Jesus Cristo, que diz que “o que fizeres aos pobres é a mim que o fazeis”¹⁶

Contudo, vemos o clero, por um lado, excomungando e perseguindo os socialdemocratas e, por outro, mandando os trabalhadores sofrer com paciência, isto é, deixando-os pacientemente ser explorados pelos capitalistas. O clero atira-se violentamente contra os socialistas democratas, exorta os trabalhadores a não se revoltarem contra os dominadores, mas a submeter-se à opressão deste governo, que mata o povo indefeso, que manda para a monstruosa carnificina da guerra milhões de trabalhadores, que persegue católicos, católicos russos e “velhos crentes”¹⁷. Assim, o clero, que se torna o porta-voz dos ricos, o defensor da exploração e opressão, põe-se a si próprio em flagrante contradição com a doutrina cristã. Os bispos e os padres não são os propagadores dos ensinamentos cristãos, mas os adoradores do Bezerro de Ouro¹⁸, e do chicote que açoita os pobres e indefesos.

Além disso, todos sabem que os próprios padres tiram proveito do trabalhador, extraem-lhe dinheiro por ocasião do batismo, casamento e funeral. Quantas vezes têm acontecido que o padre, chamado à cabeceira da cama de um doente para administrar os últimos sacramentos, se recusou a ir lá, antes de serem pagos os seus “honorários”? O trabalhador vai, desesperado, vender ou hipotecar os seus últimos bens para ser capaz de dar uma consolação ao seu parente.

16 S. Mateus XXV, 40.

17 Também conhecidos por “Roskilniki”, uma seita religiosa russa que tinha como contrário à verdadeira fé a revisão dos textos da Bíblia e a reforma litúrgica pelo Patriarca Nikon, em 1654.

18 Ver Êxodo XXXII, 1-8.

É verdade que encontramos sacerdotes de outra espécie. Existem alguns que estão cheios de bondade e misericórdia, e que não procuram lucros; estes estão sempre prontos a ajudar os pobres. Mas, devemos admitir que são, sem dúvida, raros, e que podem ser olhados da mesma maneira que grãos brancos. A maior parte dos padres, de faces rosadas, curvam-se, e saúdam cortesmente os ricos e poderosos, perdoadolhe silenciosamente toda depravação e toda a iniquidade. Para com os trabalhadores, o clero comporta-se de maneira bem diferente: pensa apenas em espezinhá-los, sem piedade; em sermões ríspidos, condenam a “cobiça” dos trabalhadores, quando estes nada mais fazem do que defender-se contra os erros do capitalismo. A espantosa contradição entre as ações do clero e os ensinamentos do cristianismo deve levar-nos todos a refletir. Os trabalhadores espantam-se de como, na luta da sua classe pela emancipação, vão encontrar, nos servidores da Igreja, inimigos, e não aliados. Como é que a Igreja desempenha o papel de defesa da opressão rica e sangrenta, em vez de ser o refúgio dos explorados? Para entender esse fenômeno estranho, basta lançar os olhos sobre a história da igreja, e examinar a evolução pela qual ela passou ao longo dos séculos.

II

Os sociais democratas desejam pôr em execução o “comunismo”; é principalmente por isso que o clero está contra eles. Em primeiro lugar, é chocante notar que os padres de hoje, que combatem o comunismo, condenam, na realidade, os primeiros apóstolos cristãos. Estes não passaram, de fato, de ardentes comunistas.

A religião cristã desenvolveu-se, como é bem conhecido, na Roma antiga, no período do declínio do império, que fora, antes, rico e poderoso, compreendendo os países que são hoje a Itália e a Espanha, parte da França, parte da Turquia, a Palestina e outros territórios. O estado de Roma, na época do nascimento de Jesus Cristo, parecia-se muito com o da Rússia czarista. Por um lado, ali vivia um punhado de gente rica, gozando da luxúria e todos os prazeres; por outro lado, uma

enorme massa de pobres apodrecia na pobreza; sobretudo um governo despótico, assentado na violência e na corrupção, exercia uma vil opressão. Todo o império romano foi mergulhado em completa desordem e cercado por ameaçadores inimigos externos. A soldadesca desenfreada, no poder, praticava as suas crueldades sobre a população desgraçada. A província estava deserta, a terra jazia abandonada, as cidades, especialmente Roma, a capital, estava cheia de uma pobreza chocante, que erguia os olhos carregados de ódio para os palácios dos ricos; o povo estava sem pão, sem abrigo, sem vestuário, sem esperança, e sem possibilidades de sair de sua pobreza.

Há apenas uma diferença entre Roma, na sua decadência, e o império dos czares: Roma nada sabia de capitalismo; não existia ali a indústria pesada. Naquele tempo, a escravatura era a ordem de coisas estabelecidas em Roma. As famílias nobres, os ricos, os financeiros satisfaziam todas as suas necessidades, pondo a trabalhar os escravos aprisionados nas guerras. Com o andar dos tempos, estas pessoas ricas se tinham apoderado de quase todas as províncias da Itália, espoliando da terra os camponeses. Como se apropriavam de cereais em todas as províncias conquistadas, como tributo sem custo, davam-se ao luxo de abandonar, nos seus próprios estados, plantações magníficas, vinhas, pastagens, pomares e ricos jardins, cultivados por exércitos de escravos a trabalhar debaixo de chicote do capataz. Assim, se havia formado em Roma um exército numeroso dos que nada possuíam — o proletariado¹⁹ —, não tendo mesmo a possibilidade de vender a força do seu trabalho. Este proletariado, vindo do campo, não podia ser absorvido pelas empresas industriais, como acontece hoje; tornaram-se vítimas da pobreza desesperada, e foram reduzidos à mendicidade. Essa numerosa massa popular, morrendo de fome, sem trabalho, enchendo os subúrbios, e os espaços livres e as ruas de Roma, consti-

¹⁹ "Proles é o termo latino que significa filhos. Os proletários, portanto, constituíam a classe de cidadãos que nada tinham a não ser os braços de seu corpo e os filhos dos seus ombros". *Communist Journal*, nº 1, setembro de 1847 (Londres). "O proletariado romano viveu à custa da sociedade, enquanto que a sociedade moderna vive à custa do proletariado". Sismondi citado por Karl Marx em *O 18 Brumário*. Ver também: Engels, *Princípios do Comunismo*.

tuía um perigo permanente para o governo e para as classes possuidoras. Portanto, o governo sentiu-se compelido, no seu próprio interesse, a aliviar a pobreza. De tempos em tempos, distribuía ao proletariado o cereal e outros gêneros alimentícios armazenados nos celeiros do Estado. Para fazer o povo esquecer as suas amarguras, oferecia-lhe espetáculos gratuitos de circo. Ao contrário do proletariado do nosso tempo, que mantém toda a sociedade pelos seus trabalhos, o enorme proletariado de Roma existia pela caridade.

Eram os escravos miseráveis, tratados como bestas, quem trabalhava para a sociedade romana. Nesse caos de pobreza e degradação, um punhado de magnatas romanos passava seu tempo em orgias e devassidão. Não havia possibilidade de sair destas monstruosas condições sociais. O proletariado queixava-se, ameaçava, e, de vez em quando, revoltou-se, mas uma classe de mendigos, vivendo das migalhas caídas da mesa dos senhores, não podia estabelecer uma nova ordem social. Além disso, os escravos que mantinham, com o seu trabalho, toda a sociedade estavam muito espezinhados, bastante dispersos, demasiado esmagados pelo jugo, tratados como bestas e viviam bastante isolados das outras classes para serem capazes de transformar a sociedade. Revoltaram-se muitas vezes contra os seus patrões, tentaram libertar-se em batalhas sangrentas, mas o exército romano esmagou sempre essas revoltas, esmagando os escravos aos milhares, e condenando-os à morte na cruz.

Nessa sociedade a desmoronar-se, onde não existe saída dessa trágica situação para o povo, nem esperança alguma de uma vida melhor, os desgraçados voltam-se para o céu, procurando nele a salvação. A religião cristã aparecia a esses infelizes seres como um cinto de salvação, uma consolação e um encorajamento, e tornou-se logo, desde o princípio, a religião dos proletários romanos. Em conformidade com a posição material dos homens pertencentes a essa classe, os primeiros cristãos fizeram a proposta da propriedade em comum – o comunismo. O que é que poderia ser mais natural? As pessoas careciam dos meios de subsistência, e estavam a morrer de pobreza. Uma religião que defendia o povo pedia que os ricos partilhassem com os pobres as riquezas que devem pertencer

a todos, e não a um punhado de pessoas privilegiadas; uma religião que pregava a igualdade de todos os homens teria grande sucesso. Contudo, isto nada tem em comum com as propostas atuais dos socialdemocratas, com vista à transformação em propriedade comum dos instrumentos de trabalho, dos meios de produção, para que toda a humanidade possa trabalhar e viver em unidade harmoniosa.

Vimos que os proletários romanos não vivam do trabalho, mas das esmolas que o governo distribuía. Assim, a exigência pelos cristãos, da coletivização da propriedade, não diz respeito aos meios de produção, mas aos bens de consumo. Eles não pediam que a terra, as oficinas e os instrumentos de trabalho se tornassem propriedade coletiva, mas apenas que tudo deveria ser repartido entre eles, casas, roupas, alimentos, e os produtos acabados mais necessários à vida. Os comunistas cristãos não se preocuparam nada em inquirir acerca da origem destas riquezas. O trabalho de produção recaiu sempre sobre os escravos. O povo cristão desejava apenas que os que possuíam a riqueza abraçassem a religião cristã, e fizessem das suas riquezas propriedade comum, para que todos pudessem gozar destas coisas boas em igualdade e fraternidade.

Foi, na verdade, deste modo, que as primeiras comunidades cristãs se organizaram. Um contemporâneo escreveu:

“Estas pessoas não acreditam em fortunas, mas pregam a propriedade coletiva, e nenhuma de entre elas possui mais do que as outras. Quem desejar entrar na sua ordem é obrigado a pôr a sua fortuna como propriedade comum a essas mesmas pessoas. É por isso que não há entre eles nem pobreza nem luxo – todos possuindo tudo em comum, como irmãos. Não vivem numa cidade à parte, mas em cada uma tem casas para eles próprios. Se quaisquer estrangeiros pertencentes à sua religião aparecem, repartem a propriedade com eles, e eles podem beneficiar-se dela, como se fosse propriamente sua. Essas pessoas, mesmo que desconhecidas anteriormente umas das outras, dão as boas vindas uns aos outros, e as suas relações são muito amigáveis”.

“Quando viajam, não levam nada, senão uma arma para se defender dos ladrões. Em cada cidade, têm o seu próprio administrador, que distribui roupa e alimento aos viajantes. Negócio não existe entre eles. Contudo, se um dos membros oferece algum objeto de que ele precisa, recebe outros objetos em troca. Mas, também cada um pode pedir o que precisa, mesmo que não possa dar em troca”.

Lemos nos “Atos dos Apóstolos” (IV 34, 35) a seguinte descrição da primeira comunidade de Jerusalém:

“Entre eles, não havia ninguém necessitado, pois, todos os que possuíam terras ou casas vendiam-nas, traziam o produto da venda, e depositavam-no aos pés dos Apóstolos. E a cada um era distribuído de acordo com a sua necessidade”.

Em 1780, o historiador alemão Vogel escreveu quase a mesma coisa acerca dos primeiros cristãos:

“De acordo com a regra, todo cristão tinha direito à propriedade de todos os membros da comunidade; caso quisesse, podia pedir que os membros mais ricos dividissem a sua fortuna com ele, de acordo com as suas necessidades. Todo o cristão podia fazer uso da propriedade dos seus irmãos. Assim, os cristãos que não tinham casa podiam exigir do que tinha duas ou três que os recebesse; o proprietário conservava para si próprio apenas a sua própria casa. Mas, por causa da comunidade de gozo dos bens, tinha de dar-se habitação àquele que a não tinha”.

O dinheiro era colocado em caixa comum e um membro da sociedade, especialmente escolhido para esse fim, dividia a fortuna coletiva entre todos. Mas isso não era tudo. Entre os primeiros cristãos, o comunismo foi levado tão longe que eles tomavam as suas refeições em comum. A sua vida familiar era, portanto, abolida; todas as famílias cristãs, numa sociedade, viviam juntas como uma única grande família.

Para terminar, acrescentamos que certos padres atacam os socialdemocratas, alegando que somos a favor da comunidade de mulheres. Obviamente que isto é uma grande mentira, proveniente da ignorância ou da ira do clero. Os socialdemocratas consideram isso como uma distorção vergonhosa e bestial do casamento. E, contudo, esta prática foi usual entre os primeiros cristãos²⁰.

III

Deste modo, os cristãos dos séculos I e II foram fervorosos adeptos do comunismo. Mas, este comunismo era baseado no consumo de produtos acabados, e não no trabalho, e mostrou-se incapaz de reformar a sociedade, e de pôr fim à desigualdade entre os homens, e de derrubar a barreira que separa ricos e pobres. Por isso, exatamente como antes, as riquezas criadas pelo trabalho – para toda a sociedade – eram fornecidas pelos escravos. O povo, desprovido de meios de subsistência, recebia apenas esmolas.

Enquanto uns poucos (em proporção com a massa do povo) possuírem exclusivamente para seu próprio uso todas as terras cultiváveis, florestas e pastagens, os animais do campo e as casas de lavoura, todas as oficinas, ferramentas e matérias de produção, não pode haver qualquer espécie de igualdade entre os homens. Em tais condições, a sociedade, evidentemente, encontra-se dividida em duas classes, os ricos e os pobres, os do luxo e os da pobreza. Suponhamos, por exemplo, que os ricos proprietários, influenciados pela doutrina cristã, oferecessem para distribuir para o povo todas as riquezas que possuíam, em forma de dinheiro, cereais, frutas, vestuário e animais. Qual seria o resultado? A pobreza desapareceria por algumas semanas e, durante este tempo, a população poderia alimentar-se e vestir-se. Mas, os produtos acabados são rapidamente consumidos. Após um pequeno lapso de tempo,

20 Ver Tertuliano (c. 160-230): “somos irmãos na nossa propriedade familiar com a qual a maior parte das vezes se dissolve a irmandade. Nós, portanto, que estamos unidos de alma e espírito, não temos dúvidas em ter bens em comum. Entre nós todas as coisas são distribuídas promiscuamente, exceto as esposas. Somente nisto nós dividimos a amizade, aí onde outros (pagãos gregos e romanos) somente a exercem”.

as pessoas, tendo consumido as riquezas distribuídas, teriam uma vez mais as mãos vazias. Os proprietários da terra e dos instrumentos de produção podiam produzir mais, graças à força de trabalho dos escravos, e assim nada mudaria. Bem, aqui está porque os socialdemocratas consideram essas coisas de um modo diferente dos comunistas cristãos. Eles dizem: *“Não queremos que os ricos repartam com os pobres; não queremos nem caridade nem esmolas, ambas as coisas são incapazes de impedir o retorno da desigualdade entre os homens. Não é de modo algum uma partilha entre ricos e pobres que nós desejamos, mas a completa supressão de ricos e pobres”*. Isto é possível, desde que as fontes de toda a riqueza, a terra, em comum com todos os outros meios de produção e instrumentos de trabalho, se tornem propriedade coletiva do povo trabalhador, que irá produzir para si próprio, de acordo com as necessidades de cada um. Os primeiros cristãos acreditaram que podiam remediar a pobreza do proletariado por meio das riquezas oferecidas pelos possuidores. Isso seria o mesmo que segurar água numa peneira! O comunismo cristão foi não só incapaz de mudar ou melhorar a situação econômica, como não prosperou.

No princípio, quando os seguidores do novo salvador constituíam um pequeno grupo na sociedade romana, a divisão do pecúlio comum, as refeições em comum, e o viver debaixo do mesmo teto, eram praticáveis. Mas, quando o número de cristãos se espalhou pelo território do Império, essa vida comunitária dos seus partidários tornou-se mais difícil. Em breve desapareceu o costume das refeições comuns e a divisão dos bens tomou um novo aspecto. Os cristãos não mais viveram como uma família; cada um tomou cuidado da sua própria propriedade, e já não ofereciam o total dos seus bens à comunidade, mas apenas o supérfluo. As ofertas dos mais ricos ao organismo geral, perdendo o seu caráter de participação numa vida comum, em breve se transformaram em simples “esmolas”, já que os cristãos ricos deixaram de fazer caso da propriedade comum e passaram a pôr ao serviço dos outros apenas uma parte do que tinham, parte que podia ser maior ou menor, consoante a boa vontade do doador. Assim, no coração do comunismo cristão, apareceu a diferença aná-

loga à que reinava no Império Romano, e contra a qual os primeiros cristãos tinham combatido. Em breve, foram apenas os cristãos pobres – os proletários – que tomaram parte em refeições comuns; os ricos, tendo oferecido uma parte da sua abundância, conservavam-se à parte. Os pobres viviam das esmolas atiradas pelos ricos, e a sociedade tornou-se outra vez naquilo que tinha sido. Os cristãos não tinham mudado a vontade dos ricos.

Os padres da Igreja lutaram muito ainda, com palavras escaldantes, contra esta penetração da desigualdade social na comunidade cristã, flagelando os ricos e exortando-os a voltarem ao comunismo dos primeiros apóstolos.

S. Basílio, no século IV depois de Cristo, pregou assim contra os ricos:

“Miseráveis, como vos ireis justificar diante do Juiz do Céu? Vós dizeis-me: “Qual é a nossa falta, quando guardamos o que nos pertence”? Eu pergunto-vos: “Como é que arranjastes isso a que chamais de vossa propriedade? Como é que os possuidores se tornam ricos, senão tomando posse das coisas que pertence a todos? Se todos tomassem apenas o que estritamente necessitam, deixando o resto aos outros, não haveria nem ricos nem pobres”.

Foi S. João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, (nascido na Antioquia, em 347, falecido, no exílio, na Armênia, em 407) quem pregou mais ardentemente aos cristãos para que regressassem ao primeiro comunismo dos apóstolos. Este célebre pregador, na sua 11ª homilia sobre o Atos dos Apóstolos, disse:

“E havia uma grande caridade entre eles (os apóstolos); ninguém era pobre entre eles. Ninguém considerava como seu o que lhe pertencia, todas as suas riquezas estavam em comum... uma caridade existia em todos eles. Esta caridade consistia em que não havia pobre entre eles, de tal modo que os tinham bens apressavam-se a desprender-se deles. Não dividiam as suas fortunas em duas partes, dando uma e guardando a outra; davam o que tinham.

Assim não havia desigualdade entre eles. Todos viviam em grande abundância. Tudo se fazia com o maior respeito. O que davam não passava da mão do doador para a mão do que recebia; as suas dádivas eram sem ostentação; traziam os bens aos pés dos apóstolos, que se tornavam os controladores e donos deles, e que os usavam, daí para o futuro, como bens da comunidade, e já não como propriedade de indivíduos. Por este meio, cortaram a possibilidade de vã glória. Ah! Por que é que se terão perdido estas tradições? Ricos e pobres poderiam todos tirar proveito destes costumes piedosos, e uns aos outros sentiríamos o mesmo prazer em nos conformarmos com eles. Os ricos não empobreceriam ao desprenderem-se das suas posses, e os pobres seriam esquecidos... Mas tentemos dar uma ideia exata do que se deveria fazer... Ora, suponhamos – nem pobres nem ricos precisam se alarmar, pois, eu estou apenas a supor – suponhamos que vendemos tudo o que nos pertence para pormos o produto da venda numa conta comum. Que somas de ouro se amontoariam! Não sei dizer com exatidão quanto isso iria dar; mas, se todos entre nós, sem distinção de sexo, trouxéssemos os nossos tesouros, se vendêssemos os campos, as propriedades, as casas – não falo de escravos, pois, não havia nenhum na comunidade cristã, e os que houvesse tornavam-se livres – talvez, se todos fizessem o mesmo, creio que conseguiríamos centenas de milhares de libras de ouro, milhões, enormes valores.

“Bem. Quantas pessoas, tu pensas, vivem nesta cidade? Quantos cristãos? Concordam em que haja uns cem mil? O resto será constituído por judeus e gentios. Quantos não conseguiríamos unir? Ora, se contássemos os pobres, quantos seriam? Cinquenta mil necessitados, no máximo. O que seria necessário para alimentá-los em cada dia? Julgo que a despesa não seria excessiva, se o fornecimento e o consumo da alimentação fossem organizados em comum. Dir-se-á talvez: “mas o que será de nós quando estes gêneros estiverem consumidos?”

Mas o quê? Isso poderia acontecer? A graça de Deus não seria mil vezes mais abundante? Não estaríamos nós a fazer um céu na terra? Se, anteriormente, esta comunidade de bens existiu entre três a cinco mil fiéis, e teve tão bons resultados e baniu a pobreza entre eles, por que não resultaria numa grande multidão como esta? E entre os próprios pagãos, quem não se apressaria a aumentar o tesouro em comum? A riqueza que é possuída por umas poucas pessoas é muito mais fácil e rapidamente gasta: a divisão da propriedade é a causa da pobreza. Tomemos como exemplo uma família composta de marido, esposa e dez filhos, a esposa ocupando-se em fiar a lã, o marido trazendo seu salário do trabalho para casa; digam-me em qual caso gastaria mais esta família, se vivendo em comum ou vivendo separadamente? Obviamente, se estivessem separados. Dez casas, dez mesas, dez criados e dez subsídios especiais seriam necessários para crianças, se vivessem separados. O que é que fariam se possuíssem muitos escravos? A divisão é uma causa de empobrecimento; a concórdia e a unidade de vontades são uma causa de riquezas.

“Nos mosteiros, ainda se vive como na primitiva Igreja. E quem morre de fome ali? Quem é que ali não encontra o bastante para comer? Contudo, os homens do nosso tempo temem viver dessa maneira, mais do que temem cair no mar! Por que é que não tentamos? Temê-lo-íamos. Que grande ato seria esse! Se alguns fiéis, uns escassos oito mil, ousaram, na presença de todo o mundo, onde não tinham senão inimigos, de fazer uma corajosa tentativa de viver em comum, sem qualquer auxílio externo, quão melhor não o podíamos fazer hoje, agora que há cristãos em todo o mundo? Permaneceria um único gentio? Nenhum, creio eu. Nós os atrairíamos todos e os ganharíamos para nós”⁹⁾.

Estes ardentes sermões de S. João Crisóstomo foram em vão. Os homens não mais tentaram estabelecer o comunismo,

nem em Constantinopla, nem em parte alguma. Ao mesmo tempo em que o cristianismo se expandia e se tornava, em Roma, depois do século IV, a religião dominante, os fiéis distanciavam-se cada vez mais do exemplo dos primeiros apóstolos. Mesmo dentro da própria comunidade cristã, a desigualdade de bens entre os fiéis cresceu.

De novo, no século VI, Gregório, O grande, disse:

“Não é, de modo algum, bastante não roubar a propriedade dos outros; é errado conservar para si próprio a riqueza que Deus criou para todos. Aquele que não dá aos outros o que possui é um assassino; quando guarda para seu próprio uso o que proveria os pobres, pode dizer-se que está matando os que podiam ter vivido da sua abundância; quando repartimos com os que estão sofrendo, nós não damos o que nos pertence, mas o que lhes pertence. Isto não é um ato de misericórdia, mas o pagamento de uma dívida”.

Estes apelos foram infrutíferos. Mas, a culpa não foi, de modo algum, dos cristãos desses dias, que na verdade correspondiam mais às palavras dos padres da Igreja do que os cristãos de hoje. Não foi a primeira vez na história da humanidade que as condições econômicas se mostraram elas próprias mais fortes que belos discursos.

O comunismo, essa comunidade de consumo de bens, que os primitivos cristãos proclamaram, não podia ser posta em prática sem o trabalho comum de toda a população, na terra, como propriedade comum, e também em oficinas comunais. No período dos primeiros cristãos, era impossível iniciar o trabalho comunal (com meios comunais de produção) porque, como nós já afirmamos, o trabalho baseava-se, não em homens livres, mas em escravos, que viviam à margem da sociedade.

A cristandade não tentou abolir a desigualdade entre o trabalho de diferentes homens nem entre a sua propriedade. Razão pela qual, o seu esforço para suprimir a distribuição desigual dos bens de consumo não vingou. As vozes dos Padres da igreja proclamando o comunismo não encontraram

eco. Além disso, estas vozes, em breve, tornaram-se cada vez menos frequentes e, finalmente, caíram no silêncio completo. Os padres da Igreja cessaram de pregar a comunidade e a distribuição dos bens, porque o crescimento da comunidade cristã produziu mudanças fundamentais dentro da própria Igreja.

IV

No princípio, quando a comunidade cristã era pequena, não existia clero, no sentido próprio da palavra. Os fiéis, que formavam uma comunidade religiosa independente, uniam-se em comum, em cada cidade. Elegiam um membro responsável para dirigir o serviço de Deus e realizar as cerimônias religiosas. Qualquer cristão podia tornar-se bispo ou prelado; estas funções eram coletivas, sujeitas a revogação, *ad honorem*, e não comunicavam poder além do que a comunidade lhes conferia de livre vontade²¹. À medida que o número de fiéis crescia, e as comunidades se tornavam mais numerosas e mais ricas, a gerência dos negócios da comunidade e o desempenho das tarefas tornou-se uma ocupação que exigia muito tempo e uma aplicação total. Como os que exerciam este ofício não podiam executar as suas tarefas e simultaneamente os seus empregos privados, surgiu o costume de eleger entre os membros da comunidade um eclesiástico a quem eram exclusivamente confiadas estas funções. Portanto, estes funcionários da comunidade tinham de ser pagos pela sua devoção exclusiva às funções dela. Assim se formou dentro da Igreja uma nova ordem de funcionários da Igreja, que se separou do corpo principal dos fiéis, o clero. Paralelamente à desigualdade entre ricos e pobres, aí apareceu uma outra desigualdade, entre o clero e o povo. Os eclesiásticos, no princípio eleitos entre iguais com vistas a exercerem uma função temporal, em breve se guindaram a uma espécie de casta que governava o povo.

Quanto mais as comunidades cristãs se tornavam numerosas nas cidades do grande Império Romano, tanto mais os cristãos, perseguidos pelo governo, sentiam a necessidade de

21 Abbé Bareille, Jean Chrysostome, Paris, 1869, vol. VII, pp. 599-603.

se unirem para ganhar força. As comunidades, espalhadas por todo o território do Império, organizaram-se, portanto, numa única Igreja. Esta unificação foi já uma unificação do clero e não do povo. Desde o século IV, os eclesiásticos das comunidades encontravam-se nos concílios. O primeiro concílio realizou-se em Nicéia, em 325. Desta forma, se formou o clero, numa ordem separada do povo. Os bispos das comunidades mais ricas e poderosas tomavam a presidência dos concílios. É por isso que o bispo de Roma em breve se colocou a si próprio à cabeça de toda a cristandade, e se tornou o Papa. Assim, um abismo separava o clero, organizado em hierarquia, do povo.

Ao mesmo tempo, as relações econômicas entre o povo e o clero sofreram uma grande mudança. Antes da formação desta ordem, tudo que os membros ricos da Igreja ofereciam para propriedade comum pertencia aos pobres. Depois, uma grande parte dos fundos era gasta para pagar o clero e na administração da Igreja.

Quando, no século IV, o cristianismo foi protegido pelo governo, e foi reconhecido em Roma como sendo a religião dominante, as perseguições dos cristãos terminaram, e o culto deixou de ser exercido nas catacumbas ou em modestos compartimentos, e passou para igrejas, que começaram a ser construídas numa forma cada vez mais magnífica. Essas despesas reduziram assim os fundos destinados aos pobres. Já no século V, os rendimentos da Igreja eram divididos em quatro partes: a primeira para o bispo, a segunda para o clero menor, a terceira para manutenção da Igreja, e apenas a quarta parte era distribuída para os necessitados. A população cristã pobre recebia, portanto, uma soma igual à que o bispo recebia só para si próprio. Com o andar dos tempos, foi-se perdendo o hábito de dar aos pobres a importância a eles destinada previamente. Sobretudo, quando o alto clero ganhou importância, os fiéis deixaram de ter o domínio sobre a propriedade da Igreja. Os bispos davam aos pobres a seu bel-prazer. O povo recebia esmolas do seu próprio clero. E não só. No princípio da cristandade, os fiéis faziam ofertas voluntárias para o tesouro comum. Logo que a religião cristã se tornou uma religião de Estado, o clero exigia que as

ofertas fossem trazidas tanto pelos pobres como pelos ricos. Desde o século VI, o clero impôs uma taxa especial, o dízimo (a décima parte das colheitas), que tinha de ser paga à Igreja. Esta taxa esmagava o povo como um pesado fardo; durante a Idade Média, tornou-se um verdadeiro flagelo para os camponeses oprimidos pela servidão. O dízimo era imposto sobre qualquer porção de terra, sobre qualquer propriedade. Mas, foi sempre o servo quem pagou com seu trabalho. Assim, os pobres, não só perderam o apoio e ajuda da Igreja, mas viram os padres aliarem-se com os seus outros exploradores: príncipes, nobres, agiotas. Na Idade Média, enquanto a população trabalhadora se afundava em pobreza, através da escravidão, a Igreja tornava-se cada vez mais rica. Além dos dízimos e de outras taxas, a Igreja beneficiava-se, nesse período, de grandes doações, legados feitos por ricos libertinos de ambos os sexos, que desejavam compensar, no último momento, a sua vida de pecado. Deram e voltaram a dar à Igreja, dinheiro, casas, aldeias inteiras com os seus servos, e, algumas vezes, rendas de terra ou direitos consuetudinários de trabalho.

Deste modo, a Igreja adquiriu uma enorme riqueza. Ao mesmo tempo, o clero deixou de ser o “administrador” da riqueza que a Igreja tinha recebido. Foi abertamente declarado, no século XII, ao formular-se uma lei que se diz vir da sagrada escritura, que a riqueza da Igreja pertence não aos fiéis, mas é propriedade individual do clero e do seu chefe, o Papa. As posições eclesiásticas, portanto, ofereciam as melhores oportunidades para obter grandes rendimentos. Cada eclesiástico dispunha da propriedade da Igreja como se fosse sua, e largamente a doava aos seus parentes, filhos e netos. Por este meio, os bens da Igreja foram pilhados e desapareceram nas mãos dos familiares do clero. Por esta razão, os Papas declararam-se como proprietários soberanos das fortunas da Igreja e ordenaram o celibato do clero, para o manterem intacto e impedir que seu patrimônio fosse disperso. O celibato foi decretado no século XIII, devido à posição do clero. Ainda para impedir a dispersão da riqueza da Igreja, em 1297, o papa Bonifácio VIII proibiu aos eclesiásticos de fazer oferta dos seus rendimentos aos leigos, sem permissão do Papa. Assim, a Igreja acumulou enorme riqueza, especialmente em terras la-

vradias, e o clero de todos os países cristãos tornou-se o mais importante proprietário de terras. Possuía algumas vezes um terço ou mais do que um terço de todas as terras do país!

Os camponeses pagavam, não só os impostos em trabalho (corveia), mas o dizimo igualmente; e não só nas terras dos príncipes e dos nobres, mas também em enormes áreas, onde trabalhavam diretamente para bispos, párocos e conventos. Entre todos os poderosos senhores dos tempos feudais, a Igreja aparecia como maior de todos os exploradores. Na França, por exemplo, no fim do século XVIII, antes da Grande Revolução, o clero possuía a 5ª parte de todo o território do país, com um rendimento anual de cerca de 100 milhões de francos. Os dizimos pagos pelos proprietários subiam a 23 milhões. Esta soma ia engordar 2.800 prelados e bispos, 5.600 superiores e priores, 60.000 párocos e curas, e 24.000 monges e 36.000 freiras, que enchiam os conventos. Este exército de padres estava livre de impostos e de obrigações de serviço militar. Nos tempos de calamidade – guerra, más colheitas, epidemias – a Igreja pagava ao tesouro de Estado uma taxa “voluntária”, que nunca exercida 16 milhões de francos.

O clero, assim privilegiado, constituía, com a nobreza, uma classe dominante, vivendo à custa de sangue e do suor dos servos. Os altos postos na Igreja e os que pagavam melhor eram distribuídos somente aos nobres, e permaneciam nas mãos da nobreza. Consequentemente, no período de escravidão, o clero foi aliado da nobreza, dando-lhe apoio e ajuda para oprimir o povo, a quem nada oferecia, senão sermões, de acordo com os quais o povo devia permanecer humilde e resignar-se com a sua sorte. Quando o proletariado do campo e da cidade se levantava contra a opressão e a escravatura, encontrava no clero um opositor feroz. É também verdade que, mesmo dentro da Igreja, havia duas classes: o alto clero, que absorvia toda a riqueza, e a grande massa dos curas rurais, cujos modestos recursos não iam além de 500 a 2.000 francos anuais. Portanto, essa classe se revoltava contra o clero superior e, em 1789, durante a Grande Revolução, juntou-se ao povo, para combater contra o poder da nobreza eclesiástica e laica.

V

Assim, foram as relações entre a Igreja e o povo modificadas com o andar dos tempos. A cristandade começou como uma mensagem de consolação aos deserdados e pobres. Trazia uma doutrina que combatia a desigualdade social e o antagonismo entre ricos e pobres; ensinou a comunidade das riquezas. Em breve, este templo de igualdade e fraternidade se tornou uma nova fonte de antagonismos sociais. Tendo abandonado a luta contra a propriedade individual, que tinha sido feita pelos primeiros apóstolos, o clero juntou ele próprio riquezas, aliou-se com a classe dominante, que vivia a explorar o trabalho da classe trabalhadora. Nos tempos feudais, a Igreja pertencia à nobreza, à classe dominante, e defendia ferozmente o poder desta contra a revolução. No fim do século XVIII e princípios do século XIX, o povo da Europa Central varreu a escravatura e os privilégios da nobreza. Nessa altura, a Igreja se aliou outra vez às classes dominantes – à burguesia industrial e comercial. Hoje, a situação mudou e o clero já não possui grandes estados, mas possui capital, que tenta tornar produtivo pela exploração do povo, através do comércio e indústria, como fazem os capitalistas.

A Igreja Católica na Áustria possuía, de acordo com as suas próprias estatísticas, um capital de mais de 813 milhões de coroas²², das quais, 300 milhões eram em terras lavradas e em propriedades, 387 milhões em obrigações e, além disso, emprestou a juros um total de 70 milhões, aos donos de fábricas e aos homens de negócios. Eis como a Igreja, adaptando-se aos tempos modernos, se mudou para uma forma capitalista industrial e comercial, a partir de um domínio feudal. Como outrora, ela continua a colaborar com a classe que se enriquece, à custa do proletariado rural.

22 Certamente, contudo, os ministros locais, tal como aparecem nas epístolas de São Paulo e nos Atos, parecem estar sob autoridade. No entanto eram eleitos, e muitas vezes provavelmente pela nomeação dos profetas locais; Apóstolos foram nomeados por Paulo e Barnabé. Perante a evidência de Atos 6 e das epístolas pastorais penso, com Harnock, que não podemos duvidar razoavelmente de que a nomeação era feita pela oração com imposição de mãos, e “sacramental”. E quando eram durante a vida de São Paulo eram certamente controlados de cima”. Gore, Dr. Streeter and the Primitive Church, pp 12 e 13.

Esta mudança é ainda mais espantosa na organização dos conventos. Em certos países, tais como a Alemanha e a Rússia, os mosteiros foram suprimidos há muito tempo. Mas, onde ainda existem, na França, Itália e Espanha, tudo evidencia o papel enorme desempenhado pela Igreja no regime capitalista.

Na Idade Média, os conventos eram o refúgio do povo. Era aí que procuravam refugiar-se, para se livrarem da severidade dos senhores e príncipes. Era aí que encontravam alimento e proteção, em caso de pobreza extrema. Os conventos não recusavam pão e sustento aos esfomeados. Não esqueçamos, especialmente, que a Idade Média nada sabia de comércio como é normal nos nossos dias. Toda propriedade, todo o convento, produzia em abundância para si próprio, graças ao trabalho dos servos e dos artífices. Muitas vezes, as provisões em reserva não tinham saída. Quando produziam mais cereal, mais legumes, mais madeira do que era necessário para o consumo dos monges, o excedente não tinha valor. Não havia comprador para ele, e nem todos os produtores podiam se conservar. Nestas condições, os conventos cuidavam gratuitamente dos seus pobres, em todo o caso, oferecendo-lhe apenas uma pequena parte do que tinha sido extraído aos seus servos (este era o costume normal neste período, e quase todas as propriedades pertencentes à nobreza procediam do mesmo modo). De fato, os conventos se beneficiavam consideravelmente desta benevolência; tendo fama de abrir as suas portas aos pobres, recebiam grandes dádivas e legados dos ricos e poderosos. Com o aparecimento do capitalismo e da produção para troca, todos os objetos adquiriram um preço e tornaram-se negociáveis. Nessa altura, os conventos, as casas dos senhores e dos eclesiásticos cessaram os seus benefícios. O povo não encontrou aí mais refúgio. Eis uma razão, entre outras, porque no princípio do capitalismo, no século XVIII, quando os trabalhadores não estavam ainda organizados para defender os seus interesses, apareceu uma pobreza não aterrorizadora que parecia que a humanidade tinha regressado aos dias da decadência do Império Romano. Mas, enquanto a Igreja Católica, nos primeiros tempos, se esforçou por auxiliar o proletariado romano pregando o comunismo, a

igualdade e a fraternidade, no período capitalista agiu de um modo completamente diferente. Procurou, sobretudo, beneficiar-se com a pobreza do povo: pôs a mão-de-obra barata a trabalhar. Os conventos se tornaram, literalmente, infernos de exploração capitalista, tanto piores quanto tinham ao seu serviço mulheres e crianças. A causa judicial contra o convento Bom Pastora, na França, em 1903, foi um exemplo retumbante destes abusos. Jovencinhas de 12, 10 e 9 anos eram compelidas a trabalhar em condições abomináveis, sem descanso, arruinando os olhos e a saúde, e eram mal alimentadas e sujeitas à disciplina de prisão.

Nesta altura, os conventos estão quase abolidos na França, e a Igreja perde a oportunidade de exploração capitalista direta. O dízimo, o açoitado dos servos, tinha sido igualmente abolido há muito tempo. Isto não impede o clero de extorquir dinheiro à classe trabalhadora por outros métodos, e especialmente através de missas, casamentos, funerais e batismos. E os governos, que sustentam o clero, obrigam o povo a pagar o seu tributo. Mais, em todos os países exceto nos EUA e na Suíça, onde a religião é um assunto pessoal, a Igreja recebe do Estado enormes somas, que obviamente provêm do duro trabalho do povo. Por exemplo, na França, os gastos com o clero sobem 40 milhões de francos por ano.

Para resumir, é o trabalho de milhões de explorados que assegura a existência da Igreja, do governo e da classe capitalista. As estatísticas relativas ao rendimento da Igreja na Áustria dão a ideia da considerável riqueza da Igreja, que foi outrora refúgio dos pobres. Há cinco anos (isto é, 1900) as suas receitas anuais ascendiam a 35 milhões. Assim, no decurso de um só ano, “punha de lado” 25 milhões, à custa do suor e sangue derramados pelos trabalhadores. Aqui estão alguns detalhes desse orçamento:

O Arcebispo de Viena, com rendimento anual de 300.000 coroas, e com despesas não superiores a metade dessa quantia, fazia 150.000 coroas de “economias” por ano; o capital fixo do Arcebispado era de cerca de 7 milhões de coroas. O Arcebispo de Praga goza de um rendimento superior a meio milhão, e tem cerca de 300.000 de despesas; o seu capital atinge quase 11 milhões de coroas. O Arcebispado do Olo-

mouse (Olmutz) tem mais meio milhão de rendimentos, e cerca de 400.000 de despesa; a sua fortuna excede 14 milhões. O clero subordinado, que muitas vezes alega pobreza, não explora menos a população. Os rendimentos anuais dos párocos da Áustria atingem 35 milhões de coroas, as despesas apenas 21 milhões, com o que as “economias” dos párocos atingem anualmente 14 milhões. Finalmente, os conventos de há cinco anos possuíam, deduzidas todas as despesas, uma receita líquida de 5 milhões por ano. Estas riquezas cresciam todos os anos, enquanto a pobreza dos trabalhadores, explorados pelo capitalismo e pelo Estado, crescia de ano para ano. No nosso país, e em toda a parte, o estado de coisas, é exatamente como na Áustria.

VI

Depois de termos revistos resumidamente a história da Igreja, não podemos surpreender-nos que o clero apoie o governo czarista e os capitalistas contra os trabalhadores revolucionários que lutam por um futuro melhor. Os trabalhadores com consciência de classe, organizados no Partido Socialdemocrata, lutam por dar realidade à ideia da igualdade social e da fraternidade entre homens, objetivo que fora anteriormente o da Igreja Cristã.

Não é possível empreender a igualdade, quer numa sociedade baseada na escravatura, quer numa sociedade baseada na servidão, mas torna-se possível realizá-la no nosso tempo, isto é, no regime do capitalismo industrial. O que os apóstolos cristãos não puderam conseguir, com os seus ardentes discursos contra o egoísmo dos ricos, os proletários modernos, trabalhadores conscientes da sua posição de classe, podem principiar a realizar no futuro próximo, pela conquista do poder político em todos os países, apoderando-se das fábricas, da terra e de todos os meios de produção dos capitalistas, para os tornar propriedade comum dos trabalhadores. O comunismo que os sociais democratas têm em vista não consiste na distribuição entre pobres, ricos e preguiçosos da riqueza, produzida por escravos e servos, mas no trabalho comum honesto e unido, e no gozo honesto dos frutos comuns desse

trabalho. O socialismo não consiste em dádivas generosas feitas pelos ricos aos pobres, mas na abolição total de toda a diferença entre ricos e pobres, obrigando todos igualmente a trabalhar, de acordo com a sua capacidade, para se suprimir a exploração do homem pelo homem.

Com o propósito de estabelecer a ordem socialista, os trabalhadores organizaram-se no Partido Socialdemocrata dos Trabalhadores, que se propõe a este fim. Eis porque a socialdemocracia e o movimento dos trabalhadores enfrentam o ódio feroz das classes proprietárias que vivem à custa dos trabalhadores.

As enormes riquezas acumuladas pela Igreja, sem qualquer esforço da sua parte, vêm da exploração e da pobreza do povo trabalhador. A riqueza dos arcebispos e bispos, dos conventos e paróquias, a riqueza dos donos das fábricas, dos comerciantes e dos proprietários de terras, é comprada ao preço de esforços desumanos dos trabalhadores da cidade e do campo. Qual é a única origem das dádivas e dos legados que os ricos senhores fazem à Igreja? Obviamente que não é o trabalho das suas mãos e o suor dos seus rostos, mas a exploração dos trabalhadores que trabalham sem descanso para eles; servos ontem, assalariados hoje. Além disso, os subsídios que os governos hoje dão ao clero vêm do Tesouro Público, constituído, na maior parte, por impostos tirados às massas populares. O clero, não menos do que a classe capitalista, vive do povo, beneficia-se da degradação, da ignorância e da opressão das pessoas. O clero e os capitalistas parasitas odeiam a classe trabalhadora organizada, consciente dos seus direitos, que luta pela conquista das suas liberdades; pois, a abolição da desordem capitalista e o estabelecimento da igualdade entre os homens desferirão um golpe mortal, especialmente no clero, que existe só graças à exploração e à pobreza. Mas, sobretudo, o socialismo ajuda a assegurar à humanidade uma felicidade honesta e sólida aqui em baixo, a dar ao povo a maior educação possível e o primeiro lugar na sociedade. É precisamente esta felicidade aqui na terra que os servidores da Igreja temem como uma praga.

Os capitalistas moldaram a golpes de martelo os corpos do povo, em cadeias de pobreza e escravatura. Paralelamente a

isto, o clero, ajudando os capitalistas e servindo os seus próprios interesses, aprisiona o espírito do povo, mantém-no em ignorância crassa, pois, compreende bem que essa educação poria fim ao seu poder. O clero, falsificando o primitivo ensinamento do cristianismo, que tinha por objetivo a felicidade terrena dos humildes, tenta hoje persuadir trabalhadores de que o sofrimento e a degradação que suportam não provêm duma estrutura social defeituosa, mas sim do céu, da vontade da “Providência”. Assim, a Igreja mata nos trabalhadores a força, a esperança e o desejo dum futuro melhor, mata a fé em si próprios, e o respeito por si mesmos. Os padres de hoje, com seus ensinamentos falsos e venenosos, mantêm continuamente a ignorância e a degradação do povo. Eis algumas provas irrefutáveis.

Nos países onde o clero católico goza de grande poder sobre a mentalidade do povo, na Espanha e na Itália, por exemplo, as pessoas são mantidas em completa ignorância. A embriaguez e o crime florescem aí. Por exemplo, comparemos as duas províncias da Alemanha, Baviera e Saxônia. A Baviera é um estado agrícola, onde a população vive predominantemente sob influência do clero católico. A Saxônia é um estado industrializado, onde os socialdemocratas exercem um grande papel na vida dos trabalhadores, vencem as eleições parlamentares em quase todas as circunscrições, razão pela qual a burguesia mostra o seu ódio contra esta província socialdemocrata “vermelha”. E o que é que se vê? As estatísticas oficiais mostram que o número de crimes econômicos cometidos na ultracatólica Baviera é relativamente muito mais elevado do que na “Vermelha Saxônia”. Vemos que em 1898, em cada 100.000 habitantes havia:

	Na Baviera	Na Saxônia
Roubo com violência	204	185
Assaltos e ataques	296	72
Perjúrio	4	1

Encontramos uma situação completamente similar, ao comparar o recorde de crimes em Posen²³, dominada pelos padres, com Berlim, onde a influência da socialdemocrata é maior. Em Posen, no curso do um ano, vemos 232 casos de assaltos qualificados, para cada 100.000 habitantes, e, em Berlim, apenas 172.

Na cidade papal, Roma, durante um único mês, do ano de 1869 (o penúltimo ano do poder temporal dos Papas), foram condenadas: 279 pessoas por assassinato, 728 por assaltos, 297 por roubo e 21 por incêndio. Estes são os resultados do domínio clerical sobre o povo assoberbado pela pobreza.

Isto não quer dizer que o clero incite diretamente o povo ao crime. Bem ao contrário, nos seus sermões, os padres condenam com frequência o roubo, os assaltos e a embriaguez, mas os homens não roubam, não assaltam nem se embebedam porque gostem de o fazer ou de perseverar nesses hábitos. É a pobreza e a ignorância que são causas disso. Portanto, aquele que mantém viva a ignorância e a pobreza do povo, aquele que mata sua energia e a sua vontade de sair desta situação, aquele que põe toda a espécie de obstáculos no caminho dos que tentam educar o proletariado, esse é responsável por esses crimes exatamente como se fosse um cúmplice.

A situação nas áreas mineiras da católica Bélgica era semelhante até há pouco tempo. Os socialdemocratas foram lá. O seu apelo vigoroso aos infelizes e degradados trabalhadores ecoou através do país: *“Trabalhador levanta-te a ti mesmo! Não roubes, não te embebedes, não baixes a cabeça em desespero! Leia, ensina-te a ti mesmo! Junta-te aos teus irmãos de classe na organização, luta contra os exploradores que te maltratam! Emergirás da pobreza, tornar-te-ás um homem!”*

Assim, os socialdemocratas elevam o povo e fortalecem os que perdem a esperança, reúne os fracos numa poderosa organização. Abrem os olhos dos ignorantes, e mostram o caminho da igualdade, da liberdade e do amor aos nossos vizinhos.

23 Antiga província do Reino da Prússia, de 1848 a 1919 e do Império Alemão de 1871 a 1919. Com a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, seu território passou para o controle da Polônia, onde atualmente fica a cidade de Poznan.

Por outro, os servos da Igreja trazem ao povo apenas palavras de humilhação e desencorajamento. E, se Cristo aparecesse hoje na terra, atacaria com certeza os padres, os bispos e arcebispos, que defendem os ricos e vivem explorando os desafortunados, como outrora atacou os comerciantes que expulsou do templo, para que a presença ignóbil deles não maculasse a Casa de Deus.

Eis porque rebentou uma luta desesperada entre o clero, suporte da opressão, e os socialdemocratas anunciadores da libertação. Nesta luta, não há comparação com a da noite escura contra o sol nascente? Porque os padres não são capazes de combater o socialismo com a inteligência e a verdade, têm de recorrer à violência e à maldade. As suas falas de Judas caluniam os que levantam a consciência de classe. Por meio de mentiras e calúnias, tentam manchar todos os que oferecem as suas vidas pela causa dos trabalhadores. Estes servidores e adoradores do Bezerro de Ouro suportam e aplaudem os crimes do governo czarista, e defendem o trono do último déspota que oprime o povo como Nero.

Mas é em vão que os indignais, que desesperais, que degenerais de servidores da cristandade e vos tornais servidores de Nero. É em vão que ajudais os nossos assassinos, em vão protegeis os exploradores do proletariado, sob o sinal da cruz. As vossas crueldades e calúnias nos tempos antigos não puderam impedir a vitória da ideia cristã, a ideia que sacrificaste ao Bezerro de Ouro. Hoje os vossos esforços não levantarão nenhum obstáculo à vinda do Socialismo. Hoje, sois vós, com as vossas mentiras e ensinamentos, que sois pagãos, e somos nós quem traz aos pobres, aos explorados, as novas da fraternidade e da igualdade; somos nós quem marcha para a conquista do mundo, como fez aquele que outrora proclamou que é mais fácil a um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que a um rico entrar no reino do céu.

VII

Algumas palavras finais

O clero tem ao seu dispor dois meios para combater a socialdemocracia. Onde o movimento da classe trabalhadora

começa a ser reconhecido, como é o caso do nosso país (Polônia), onde as classes dominantes ainda têm esperança de a esmagar, o clero combate os socialistas com sermões ameaçadores, caluniando-os e condenando a “cobiça” dos trabalhadores. Mas, nos países onde as liberdades políticas estão estabelecidas, e onde o partido dos trabalhadores é poderoso, como por exemplo na Alemanha, França e Holanda, aí o clero procura outros meios. Esconde o seu fim real, e já não encara os trabalhadores como um inimigo declarado, mas como um falso amigo. Deste modo, vereis os padres a organizar os trabalhadores e a fundar Federações Industriais Cristãs. Desta maneira, tentam apanhar peixe na sua rede, atrair os trabalhadores a essa ratoeira de falsas federações, onde ensinam a humildade, ao contrário das organizações da socialdemocracia, que têm em vista lutar e defender-se contra a opressão.

Quando o governo czarista finalmente cair, sob os golpes do proletariado revolucionário na Polônia e da Rússia, e quando a liberdade política existir no nosso país, então veremos o mesmo Arcebispo Popiel e os mesmos eclesiásticos que hoje tropejam contra os militantes, começarem repentinamente a organizar os trabalhadores em associações “cristãs” e “nacionais” para conduzi-los. Já estamos no princípio dessa atividade subterrânea da “Democracia Nacional”, que assegura a colaboração futura com os padres, e hoje os ajuda a difamar os socialdemocratas. Os trabalhadores devem, portanto, ser avisados do perigo para que não se deixem apanhar, na vitória próxima da revolução, pelas palavras doces dos que hoje, do alto dos seus púlpitos, ousam defender o governo czarista, que mata os trabalhadores, e o aparelho repressivo do capital, que é a causa principal da pobreza do proletariado. Para os defender contra o antagonismo do clero no tempo presente, durante a revolução, e contra a sua falsa amizade de amanhã, depois da revolução, é necessário aos trabalhadores organizarem-se no Partido Socialdemocrata.

E aqui está a resposta a todos os ataques do clero: a socialdemocracia, de modo algum, combate os sentimentos religiosos. Ao contrário, procura completa liberdade de consciência para todo o indivíduo e a mais ampla tolerância possível para qualquer fé e qualquer opinião. Mas, desde o momento

que os padres usam púlpito como um meio de luta contra as classes trabalhadoras, os trabalhadores devem lutar contra os inimigos dos seus direitos e da sua libertação. Porque o que defende os exploradores e o que ajuda a prolongar este regime presente de miséria, esse é que é o inimigo mortal do proletariado, quer esteja de batina ou de uniforme de polícia.

Apêndice

Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel²⁴

Karl Marx

Na Alemanha, a crítica da religião chegou, no essencial, ao fim. A crítica da religião é a premissa de toda crítica.

A existência profana do erro ficou comprometida, uma vez refutada sua celestial *oratio pro aris et focis*²⁵.

O homem que só encontrou o reflexo de si mesmo na realidade fantástica do céu, onde buscava um super-homem, já não se sentirá inclinado a encontrar somente a aparência de si próprio, o não-homem, já que aquilo que busca e deve necessariamente buscar é a sua verdadeira realidade.

A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem *faz a religião*: este é o fundamento da crítica irreligiosa. A religião é a autoconsciência e o autossentimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu. Mas o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, engendram a religião, criam uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica popular, sua dignidade espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene,

24 O texto que compõe esse apêndice é um pequeno extrato do escrito de Marx "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução", escrito entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844 para a revista de Alfred Ruge, Anais Franco-Alemães (Deutsch-Französische Jahrbücher), publicada em uma única edição em Paris, em fevereiro de 1844.

25 Oração pelo lar e pelo ócio.

sua razão geral de consolo e de justificação. É a realização fantástica da essência humana porque a essência humana carece de realidade concreta. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, a luta contra aquele mundo que tem na religião seu aroma espiritual.

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo.

A verdadeira felicidade do povo implica que a religião seja suprimida, enquanto felicidade ilusória do povo. A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões. Por conseguinte, a crítica da religião é o germe da crítica do vale de lágrimas que a religião envolve numa auréola de santidade.

A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva. A crítica da religião desengana o homem para que este pense, aja e organize sua realidade como um homem desenganado que recobrou a razão a fim de girar em torno de si mesmo e, portanto, de seu verdadeiro sol. A religião é apenas um sol fictício que se desloca em torno do homem enquanto este não se move em torno de si mesmo.

Assim, superada a crença no que está além da verdade, a missão da história consiste em averiguar a verdade daquilo que nos circunda. E, como primeiro objetivo, uma vez que se desmascarou a forma de santidade da autoalienação humana, a missão da filosofia, que está à serviço da história, consiste no desmascaramento da autoalienação em suas formas não santificadas. Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da política.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org
